

BOLETIM

DA-SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO

ANGOLA



C. VERDE



GUINÉ



INDIA



MACAU



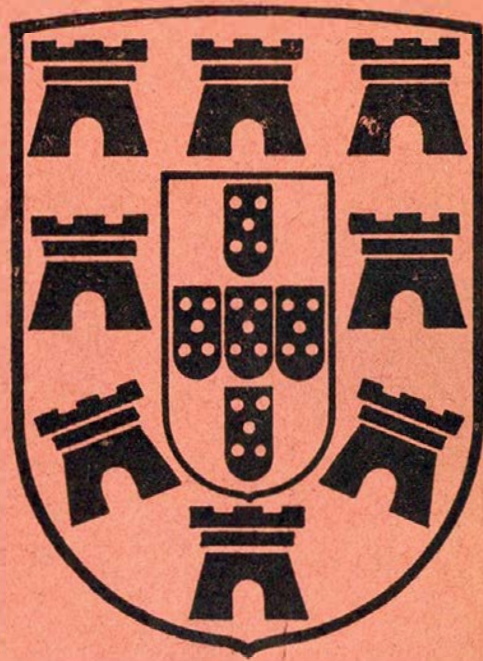
MOÇAMBIQUE



S. THOMÉ



TIMOR



SUMARIO

O OVO DE COLOMBO — por Francisco das Dôres Gonçalves.

AS COLONIAS DE PORTUGAL — por Domingos da Cruz.

RENASCIMENTO — por Serafim Lopes Rodrigues (Engenheiro Civil e Antigo Colono de Angola).

VELHOS COLONOS — pelo Dr. Antonio Figueiredo Gomes da Silva (Médico Veterinario).

O CULTO DOS INDIGENAS NO SUL DE ANGOLA E ALGUNS USOS E COSTUMES — por Salustiano Correia (Tenente Coronel).

COLOBOÇÃO E AUTONOMIA — por Ismael Costa (Antigo Colono e Publicista).

A COLÓNIA PORTUGUÊSA DE XANGAI — por Carlos Jacinto Machado (Advogado).

GILBERTO FREYRE (CASA GRANDE E SENZALA) — pelo Padre Manuel Alves Correia (Missionario do Espirito Santo).

DA VIDA, USOS E COSTUMES INDIGENAS (ETNOGRAFICA E ETNOLOGIA) — por J. Telles Monteiro (Publicista)

SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA INDIGENA DA GUINE' — por Armando de Landerset Simões (Funcionario Administrativo).

NOTICIARIO — (Comissão Directora).

"PARQUET PAULISTA"

(Marca Registrada)

"PARQUET BRASIL"

(Marca registrada)

Soalhos de tacos com garantia e segurança

Parquet Paulista Ltda.

(Fabricantes)



Escriptorio
Rua Treze de Maio,
33-35
(Edificio 13 de Maio)
5.º Andar, Sala, 505
Telephone 22-9278
RIO

Fabrica
Rua Francisco
Eugenio, 396
Telephone 28-5673
RIO



Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Praça Tiradentes, 60, 2º andar
RIO DE JANEIRO — BRASIL

“As ideias não se vendem, dão-se — TEÓFILO BRAGA

DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE

Nos. 22—23

Quinta Serie

COMISSAO DIRECTORA

António de Souza Amorim — Carlos Cesar dos Santos
Francisco das Dóres Gonçalves

Julho a Dezembro

1937

O OVO DE COLOMBO



O artigo que escrevemos para o número anterior deste “BOLETIM”, afirmamos categoricamente que o intercâmbio cultural luso-brasileiro vencerá na hora em

que se libertar das dedicações duvidosas que o comprometem. De então até hoje, e já lá vão alguns meses, não temos porque mudar de juízo ou de rectificar o nosso critério, antes pelo contrário, tudo concorre para nos capacitarmos de que a razão continua do nosso lado, de que algo de útil será possível realizar-se desde que haja boa-vontade, disposição de espírito, honestidade de propósitos, elevação e desinteresse no modo de agir e proceder.

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro pôs em prática nos últimos tempos um sistema de intercâmbio que ela não inventou — diga-se de passagem —, mas que vem experimentando e quem sabe? pode muito bem ser a chave do indecifrável enigma, o “abrete sésamo” de tão debatido problema, tais têm sido os felizes resultados já colhidos. E’ claro que, para corresponder á magnitude do empreendimento, teríamos de ampliar extraordinariamente esse sistema, dando-lhe uma organização menos imperfeita, traçando-lhe, em suma, o arcabouço, e isso não é possível sem recursos.

O que temos feito, porém? Nada de maravilhoso, porque, embora sonhadores — e a obra da nossa colectividade até certo ponto não pode ir além de um belo sonho de noite de verão — fugimos de erguer castelos no ar e de comprar terrenos na Lua... Somos, como

diria Wilde, homens sem importância, mas que, precisamente por essa condição, dificilmente se deixam deslumbrar. Procuramos a realidade, sem, contudo, excluirmos de todo a fantasia polvilhamos os nossos actos com um pouco de imaginação. Sonhamos, sem que os nossos pés percam o contato com o terreno das realidades.

Mas em que consiste o que a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro tem feito? Simplesmente nisto: em distribuir graciosamente entre os escritores, jornalistas, homens públicos, professores, pelos elementos da elite cultural brasileira o “BOLETIM”, pelo qual se prova que em Portugal não faltam os espíritos superiores, que lá não há, apenas, poetas basbaques, autores de “quadrinhas” e redondilhas para letreiros de “bond”, que possuímos uma equipe mental apreciável, que não nos faltam os “clercs”

de polpa; em oferecer em idênticas condições e por igual forma a essas personalidades os livros, as revistas, os jornais, os documentários que se editam em Portugal e no Ultramar, e que, para tal fim, já nos são remetidos generosamente em quantidade suficiente; e, por último, promovendo a reprodução na imprensa brasileira de artigos que a tanto façam jus.

Os aplausos que nos chegam por este trabalho — e que, proclame-se para que se saiba, devemos á cooperação inestimável do unico português que tem do intercâmbio luso-brasileiro, no seu conjunto, uma noção real, inteligente e completa: o Dr. Nuno Simões —, autorizam-nos a acreditar que se dispusessemos de recursos para adquirir um numero elevado de exemplares das obras mais representativas na esfera da arte, da criação e do pensamento, publi-

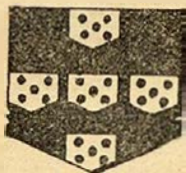
çadas em Portugal e no Brasil, — as daqui para serem distribuidas lá, as de lá para distribuímos aqui —, isto durante alguns anos seguidos, não seria ousado acreditar no triunfo do intercâmbio cultural luso-brasileiro, por tal modo firmado e alicerçado num conhecimento mútuo dos valores reais e dos expoentes da cultura e da inteligência das duas pátrias, e secundado por cima com a publicação gratuita ou acessível de um boletim critico-bibliográfico que bem poderia ser o "Boletim de Ariel", em consequência do seu aprumo, da sua independencia e do seu brilho, e se não puder ser êle próprio, o que seria o ideal, dados os seus predicados, de que é garantia segura uma tradição velha de sete anos, que seja outro que nêle se inspire e lhe siga os exemplos.

Evidentemente que não bastarão estes factores, muitos ou-

tros podem e devem concorrer para o bom êxito do empreendimento, e que não são dos menos brilhantes, embora de efficácia muito relativa: as visitas reciprocas, as conferências, etc. Contudo, não deve andar o carro adiante dos bois, nem se deve começar a construção do edificio pelo telhado, e é isto, pouco mais ou menos, o que têm feito até hoje. As palavras, por muito bonitas que sejam, não deixa, o vento de levá-las...

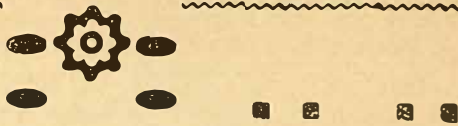
De-certo que a iniciativa que apontamos, para dar de si maior rendimento, reclamaria a existência em Portugal de uma collectividade que se attribuisse lá o papel que deste lado competiria á Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, mas uma collectividade que não seja nova, apenas, na sua idade civil, nova por ser de criação recente, mas jovem de espírito e nunca das muitas que já existem com reumatismo até na alma...

FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES



AS COLONIAS DE PORTUGAL

Na hora incerta que passa, carecemos de provar a nossa capacidade civilizadora



Por DOMINGOS DA CRUZ

(ESPECIAL)



O momento em que a Europa se desafia, em atitudes impertinentes e teatrais, forçando a Alemanha, a, bem ou a mal, tomar novamente a sua posição entre as potências coloniais, reduzido é o número de portugueses que se apercebem dos altíssimos serviços que a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro presta a Portugal.

Com efeito, mais do que nunca se impõe uma conjugação de esforços para enfrentarmos os perigos que ameaçam as colónias portuguesas. Não quero menosprezar as conferências de altos ou de baixos estudos, coloniais, nem as sessões de propaganda, meramente doutrinária e sem objectivos immediatos de utilidade nacional, que ha anos se vêm realisando no paiz. Mas que mais poderá acrescentar-se aos estudos, ha já tantos anos feitos, sobre todos os problemas da nossa vida ultramarina? Quem se desse ao cuidado de folhear a imprensa colonial, as publicações officiais e mesmo os estudos particulares que nas últimas decadas teem vindo a público, notaria, confrangido, que, salvo, um outro aspecto de mera actualização, os problemas economicos e sociais de cada colónia estão devidamente estudados.

Brigadas e missões de técnicos elaboraram os seus planos de aproveitamento das riquezas locais latentes. Estão estudadas as diferentes zonas economicas de cada colónia, quer as obras de fomento a realizar, quer para os capitais que é necessário nelas investir, quer mesmo para a fixação de nucleos colonizadores, cu obedecendo às caraterísticas de franca colonização europeia, ou tratando-se apenas, nos climas mais duros, de explorações capitalistas em que o braço europeu tem preferentemente uma alta função dirigente e impulsionadora, mas devendo contar-se com o indígena para os trabalhos rudes do aproveitamento agrícola ou industrial, nas múltiplas modalidades que ele oferece.

Tudo isto está feito, estudado e revisto. Embora os governos coloniais tenham muitas vezes servido para tão longos quanto nocivos aprendizados, a verdade é que em cada colónia, não só os técnicos officiais, por mero officio ou pela rara paixão da coisa pública, mas também os particulares, no aneio legítimo de

verem seus interesses prosperar, levam cada governador a aperceber-se do que a colónia mais urgentemente precisa, e não se cansa ele então de mandar para o governo central os seus relatórios, os seus planos, os seus apelos, às vezes duramente prementes.

Póde testemunha-lo quem passou largos anos nas colónias, e procurou estar em contacto permanente com os seus problemas economicos, nunca deixando de se interessar por aqueles que chegam a ser clamorosos, tão intuitivo se apresentam e às vezes de tão fácil solução se oferecem.

* * *

E' bôa a propaganda que, sobretudo em Lisboa, se está fazendo, com mais ou menos conhecimento de causa, com mais ou menos aparato decorativo. Mas eu entendo que chegou o momento de entrarmos no campo das realizações. E não sou eu só que o digo. São os factos que o reclamam, tal como ha dez, ha vinte, ha cincoenta anos, em emergências semelhantes, já o aconselhavam aqueles que tinham uma noção exacta do interesse colonial.

Analisemos serenamente o problema, não com palavras vãs, posto que bem intencionadas, mas à luz clara que ele nos apresenta. A Alemanha vai dizendo que não quer despossar qualquer paiz das suas colónias. Reivindica, com mais ou menos sinceridade, as que lhe pertenciam, e que, em forma de mandatos, estão sob a administração de vários paizes. Quais são eles? A Inglaterra está de posse de várias possessões que eram da Alemanha, e ninguém acredita que ela lhas devolva. Nem o próprio Lloyd George, o antigo e heroico vencedor da arrogante Germania — quem o diria? — Se nesse sentido fôsse consultado, aceitaria tal reversão, sabendo antecipadamente que o povo britânico em peso se levantaria, quando o notável estadista quizesse pôr em prática a idea que ha dias inexplicavelmente lancou aos quatro ventos, para uma redistribuição dos territórios coloniais.

Outra bôa parte do bloco das antigas colónias germânicas está na posse dos dominios britânicos: a Austrália e a União Sul-Africana. Quem acredita que tais dominios, hoje paizes independentes, apenas ligados à Inglaterra por uma reciprocidade de interesses economicos, politicos e mesmo sociais, devolva à Alemanha as antigas colónias que eles enquadram na sua administração, com todas as características de uma permanência irrevogável, em tanto quanto é possível considera-la,

nos agregados nacionais? Mera utopia será tal supôr-se.

E a França, detentora de outra grande parte do mesmo bloco, estará disposta a entrega-lo novamente ao país sempre ameaçada da sua integridade e dos seus interesses vitais e legítimos de nação progressiva e altamente civilizada? Nem pensar nisso. Seria mesmo esquecer não só os agravos de ontem, mas até os incálculáveis prejuízos morais e materiais que a Alemanha lhe causou desde 1914 a 1918.

Coloquemos no mesmo pé de justas reivindicações a heroica e mártir Bélgica, ainda que lhe tenha cabido apenas uma parcela minúscula da antiga África oriental alemã, mais, talvez, como afirmação moral, do que representando quaisquer interesses materiais. Basta-lhe o seu vasto Congo, onde vem realizando uma obra notabilíssima de aproveitamento das suas pujantíssimas riquezas, com uma admirável política de colaboração da sua metrópole. Esta não se poupa a sacrificios de nenhuma espécie, para que a magnífica obra do seu grande e falecido rei Leopoldo atinja o grau de prosperidade que serenamente vai adquirindo. Além de uma sábia política de intercâmbio, metrópole e colónia se reservando mercados necessários à progressiva expansão industrial da primeira, e à inexgotável fonte de matérias primas da segunda, o governo belga acode constantemente à sua colónia com larguíssimos suprimentos e financiamentos que a ajudam a vencer a dura crise que a derrocada da economia mundial lhe levou.

E' que, numa inteligente previsão do futuro, o poder central sabe que o Congo belga, agora país em formação, um dia pagará à mãe pátria, e redobradamente, todos os sacrificios financeiros que com ele está fazendo, não deixando desde já de considerar quanto a colónia lhe vale presentemente como agregado economico, para as permutas necessárias na hora de apertados nacionalismos que passa, além do valôr político e internacional que ela representa.

Não falemos sequer da Amércia e do Japão, este possuidor tambem de antigas colónias alemãs. A primeira, porque tem no seu protectorado da África ocidental uma base de apoio que não lhe convem largar, demais solicitada, como fatalmente vem sendo, para intervir nos grandes problemas europeus. E o segundo, tal como a Itália, reivindicando, por uma política de factos consumados, a necessária expansão em todos os pontos do globo em que possam dar escoante à sua pujante demografia. E mesmo, quanto à Itália, detentora de territórios menos favorecidos na margem do Índico, quem acredita que ela os devolverá? E' ver como, tendo feito táboa rasa dos preceitos genebrinos, agora mais uma vez posta em fóco a fragilidade do sinédrio internacional, a Itália se vai apossando da Itiópia, país que faz parte da Sociedade das Nações, par aonde foi conduzida precisamente pelo braço de Mussolini.

Sejamos práticos. Deixemo-nos de vãs declamações, que às vezes até agravar os males de que sofremos. E tem tambem outras vezes o desmérito de mostrar absoluto desconhecimento dos problemas que uma falsa erudição,

nêstes convencionalismos que nos afogam, pretende encobrir.

A projectada escamoteação das colónias dos países fracos — e que a todos sirva de lição, para aprenderem a contar preferentemente consigo próprios — reveste agora o ardiloso aspecto de uma melhor distribuição das matérias primas coloniais. E' espantosa a audácia, ou criminoso o ardil. Quando é que Portugal fechou as portas das suas colónias a qualquer país que nelas queira colaborar bem intencionadamente connosco? Qual o país que não busca nelas livremente, as matérias primas de que precisa, e não coloca nelas os productos das suas indústrias, bem entendido de harmonia com a nossa legislação, tal como o fazem todas as nações coloniais, na justa reivindicação dos seus interesses primordiais? E muito descuidados temos sido e continuamos sendo no aspecto chamado nacionalista. Nem sempre damos às produções nacionais a protecção aduaneira e comercial que outros países decretam para os seus territórios. Avultadíssimos são os capitais estrangeiros que nas colónias portuguesas estão investidos, e aqui, gozando eles às vezes de situações privelegiadas que nem aos nossos concedemos. Um estudo aprofundado do assunto, conduzir-nos-ia à certeza absoluta de que, em qualquer colónia de outro país do mundo, os capitais estrangeiros estão tão largamente representados como nas nossas, e de que ali gosam a mesma segurança, a mesma lealdade de tratamento, a mesma facilidade de expansão e as mesmas garantias que aos capitais portugueses concedemos. As vezes tem-nas aqueles mesmos maiores.

E' reler as representações constantes da agricultura e da indústria metropolitanas, no sentido de melhor se acautelar a nossa concorrência com os productos similares estrangeiros, que invadem as nossas colónias; analisar detidamente os clamores do nosso comércio importador e exportador, no que respeita à posição que occupamos em nossa própria casa; atentar-nos apelos da nossa marinha mercante, fortemente batida em nosso ultramar pela bandeira estrangeira; ver mesmo nele a hegemonia mercantil de determinados países, para concluirmos que, em matérias de aproveitamento mundial das colónias portuguesas, deixamos frequentemente demasiada liberdade a outros. Não podemos nem devemos nesse capitulo receber lições de ninguém. Antes, em quatro séculos de notável obra colonizadora e altamente civilizadora, temos muito que ensinar a quem queira, por subterfúgios, ou às claras, desapossar-nos daquilo que é honestamente nosso.

Não recebemos mandato algum. Fomos para a luta gigantesca de 1914, de alma lavada e sem intuitos interesseiros. Além da Liberdade então ameaçada, pela qual galhardamente nos batemos, tivemos o propósito altivo e legítimo de salvuardarmos precisamente os nossos dominios ultramarinos, produto de quatro séculos de heroicidade, de abnegações e de sacrificios para erguermos o indígena ao grau de civilização a que o vimos trazendo.

Do que tem sido a nossa obra colonizadora fala o estado adiantado de cada uma das nossas colónias. Há muitos anos já que as consideramos pedaços integros da nacionalidade portuguesa. Na vigência da Monarquia, já o estatuto fundamental da nação as considerava **provincias** de alem-mar, pôsto que com uma legislação adequada a cada estádio de civilização local, respeitando as instituições e costumes gentílicos, no que não havia nelas de anti-humano e de contrario à progressiva civilização com que as vamos encaminhando.

Portugal não se orgulha apenas de ter sido o primeiro a devassar os mares desconhecidos e a tomar contacto com os povos então ignorados. Cabe-lhe a honra, ainda maior, de haver creado escola em matéria de colonização. A própria Inglaterra, para manter os muitos milhões de aborígenes que administra na vasta Índia, serve-se ainda dos preceitos políticos que nos deixaram os nossos grandes governadores do vasto império indiano que tivemos. Tal o prestígio que ali deixaram, que ainda hoje o conservamos, mantendo agora a nossa minúscula colónia com a designação de Estado da Índia.

Somos o país colonial que mais metropolitana nos tem nos seus domínios, numa ocupação pacífica e altamente civilizadora. Somos também aquele que mantém as colónias com menores efectivos militares, reduzidos a simples forças de policiamento, quasi todas constituídas pelos proprios aborígenes. As nossas colónias da Índia e de Cabo Verde são dos mais letrados países do globo. Em todas as nossas colónias as missões religiosas, de qualquer país e de qualquer crença, gozam de um respeito e de uma segurança absoluta, com todas as garantias e auxílios que a própria República se honrou em manter e até em avolumar.

Nctáveis esforços legislativos temos feito no sentido de irmos colocando as colónias no caminho da sua própria administração, sem também haveremos descuidado, na medida do possível, as condições do seu fomento.

A República pôde disso orgulhar-se. Em circunstâncias difíceis, havia já a Monarquia enfrentando este problema. O mais antigo dos caminhos de ferro de todo o continente africano, construiu Portugal em Angola. Antigo é já também o nosso caminho de ferro na Índia portuguesa, servindo quasi exclusivamente os territórios britânicos fronteiriços dos nossos. Ali construímos, também para não estorvarmos o desenvolvimento britânico, o magnifico pôrto artificial de Mormugão, testa daquele caminho de ferro. Em Lourenço Marques o mesmo fizemos, para o Transvaal poder drenar os seus produtos para o exterior e dele receber as mercadorias que consome, atravez de um outro caminho de ferro que tem como testa o que é hoje o melhro pôrto de toda a África, na vastíssima baía que margina a capital daquela nossa riquíssima e progressiva provincia ultramarina. Muitos milhões de libras nos custou, para o dotarmos com bastantes quilómetros de soberbo cais acostável, docas de abrigo e para reparações, além de

uma aparelhagem de linha férrea e de meios de carga e descarga que não temem confronto com os melhores portos do glôbo.

Estamos construindo o pôrto de Lobito, na costa ocidental, também servido por um caminho de ferro nosso, que vai já à contracosta, não só para impulsionar as grandes riquezas dos nossos planaltos angolanos, como, e principalmente, para servir a vasta economia do congo belga fronteiriço.

Em todas as nossa colonias temos seculares instituições similares da metropole, em seu regime municipal, com as portuguezas misericordias, asilos e outros estabelecimentos de natureza social. Temos nelas o ensino superior, varios liceus, muitas escolas de artes e officios para indigenas, além de uma vasta rede de escolas primarias em que o aborigene toma o primeiro contacto com a civilização.

Logo em 1911, na sequencia de um pensamento descentralizador, o Governo Provisorio da Republica decretou uma serie de medidas atinentes a dar ás colonias o sentimento da sua personalidade, como agregados da grande comunidade nacional. Anos depois, eram elas dotadas com uma sabia legislação que lhes concedeu autonomia financeira, sob o controle e responsabilidade superior da metropole, assim como a sua descentralização administrativa, mediante a orientação estabelecida pelo poder central. Assim começaram a ter a responsabilidade das suas contas, com largas atribuições dos governos locais, para cobrarem receitas e efectuarem despezas nos territorios respectivos, nos termos das directivas que a metropole decretou. Mas chegou então cada colonia a ter o seu parlamento local, com representação das forças vivas e dos organismos officiais mais directamente ligados ao fomento ultramarino.

Com as leis de descentralização, o poder central delegou nos governos locais grande parte das suas atribuições legislativas e administrativas, embora reservando-se o papel orientador, de impulsionador e mesmo de fiscalizador da maneira, como é aplicada tal legislação, para o que, junto de cada governador, funcionam conselhos adequados, em que os interesses da colonia estão representados.

Os nossos regulamentos de trabalho indigena e os codigos de justiça gentílica, adequados a cada colonia, consoante o seu grau de civilização, as tradições locais e a ambiencia propria, tem servido de modelos a outros países colonizadores. Em colonia alguma do mundo o aborigene gosa de uma protecção no trabalho superior á dos nossos. E' notavel a obra de assistencia medica e social que exercemos em todas as colonias, atravez de magnificos hospitais, escolas, postos de ensino e outras formas de os trazeremos aos beneficios da civilização. As vastas colonias de Angola e de Moçambique, tal como as outras, estão dotadas de um sistema de comunicações terrestres, aereas e mesmo marítimas que possibilitam todos os aproveitamentos das suas riquezas. Qualquer português ou estrangeiro as pôde hoje cruzar em todos os sentidos, absolutamente desarmado, sem o menor receio de qualquer desacato indigena.

Nenhum outro país colonial gosa em seus territorios o prestígio afectivo que os portu-

guezes teem nas suas colonias, posto que espalhadas pelos quatro pontos do globo, tendo as mais variadas crenças, raças e costumes. E' que nunca procuramos assimilar o indigena. Deixamos-lhe inteira liberdade para se aperceber da nossa obra civilisadora, que ele abraça sem o menor constrangimento. Nunca Portugal teve o preconceito da côr e das raças. O maior colonialista de todos os tempos, o grande Afonso de Albuquerque conseguiu o milagre de submeter quasi toda a India por uma penetração pacifica, que ainda hoje perdura, atravez dos cruzamentos entre invasores e invadidos. Ha muitos anos já que nas escolas superiores de Portugal, na sua magistratura, no seu exercito, na sua marinha, nos altos postos da vida espiritual e mental da nação, não fazemos distincção de castas, de raças e de côres. Oriundos de todas as nossas colonias ocupam na vida superior do país os lugares que conquistaram pela alta cultura que atingiram, sendo como pergaminhos honrosos a aristocracia do talento, em que ingressaram, que é aquella em que mais se afirmam os autenticos valores.

*
* *
*

Depois de tudo isto e do muito mais que poderíamos documentar, se o Brasil, por exemplo, não fosse uma afirmação irrefutavel, e das mais eloquentes, da nossa capacidade colonizadora, ha ainda agora quem nos afronte com a afirmação gratuita de que somos um país pequeno e incapaz de levarmos a bom termo a alta missão civilizadora que a Mistéria nos confiou. E o peor é que bastantes portuguezes, de facto muito alheados ainda dos grandes e verdadeiros problemas coloniais, se abstrairmos as banalidades vulgares de cada dia, por vezes se deixam tomar de um doentio desanimo.

Analiseemos também este aspecto do problema, pois é tempo de o focarmos. Entre os vinte nove países do globo que contam mais de 300.000 quilometros quadrados, Portugal, incluídas as suas colonias, ocupa o decimo lugar. Globalmente considerados, somos, pois, uma grande potencia. As colonias dão-nos, assim, uma notabilissima posição politica no concerto mundial que ninguem tem o direito de apoucar e nós ainda menos de desconhecer.

Entre os nove países coloniais, ocupamos o quinto lugar, em extensão territorial ultramarina, mas o terceiro no seu valor politico e economico. Sob o ponto de vista politico, estão acima de nós apenas a Inglaterra e a França, cujas colonias, tambem espalhadas por varios pontos do globo, lhes asseguram magnificas posições que a todo o custo procuram manter. As nossas, tambem situadas ao longo de toda a costa africana, na Índia, na Asia e na Oceania, dão-nos uma importancia soberba, nas frequentes emergencias mundiais, quer para a nossa politica interna, quer para a valorização na politica internacional de Portugal, acrescida ainda com as bases magnificas que possuímos nos arquipelagos da Madeira e dos Açores.

Sob o ponto de vista economico, depois das colonias da Inglaterra, com os seus dominios, e das da França, ambas com os seus mandatos, são incontestavelmente as nossas que avultam. O Congo belga, é, de facto, uma grandissima unidade economica, mas não tem a variedade de climas, de produções e de expansão mercantil que possuímos em todo o nosso ultramar, não falando nas enormissimas possibilidades de fixação europeia de que dispomos nas saluberrimas zonas de uma grande parte de Angola e de Moçambique, e nas admiraveis posições geograficas que ocupamos no Oriente.

A Itália só muito recentemente nos ultrapassou um pouco em extensão territorial, por um acordo ha pouco feito com a França, numa rectificação das suas fronteiras no norte africano.

Assim, temos, acima de nós, apenas em extensão territorial, a Inglaterra, a França, a Belgica e a Italia. No aspecto politico e economico, apenas as duas primeiras grandes nações coloniais. Abaixo de nós, neste ultimo aspecto, ficam-nos a Belgica, e a Italia, e, em extensão colonial, a Holanda, o Japão, a America do Norte, mesmo com seu protectorado na África occidental, e a Espanha, com seu protectorado em Marrocos.

O argumento de que Portugal metropolitano, de facto pequeno, não pôde atender a todas as necessidades civilizadoras e colonizadoras dos seus dominios ultramarinos, não deve ser considerado pelo modo absoluto como alguns supostos colonialistas europeus o apresentam. Temos antes de considera-lo, tal como por vezes tem acontecido, um pretexto maquiavelico para sermos desapossados do que legitimamente nos pertence, sem usurpações a ninguem, se abstrairmos a occupação que todos fizeram nos povos indigenas, sem atropelos e com uma politica colonial que pôde e tem servido de modelo a outros países. Mas analisemos tambem esta face do problema.

A termos de considerar a massa populacional das metropoles e a porção de territorios destas, em relação á extensão de cada grupo de colonias mundiais, estão muito abaixo de nós a Inglaterra, a Belgica e a Holanda. Por cada quilometro quadrado das suas metropoles, contam: a primeira 124 quilometros de colonias, a segunda, um pouco mais de 79, e a terceira tambem um pouco mais de 59. E ninguem pode negar a capacidade civilizadora e colonizadora da Holanda, embora possuindo riquissimos territorios no Oriente, cujos progressos economicos e mesmo sociais todos admiramos. O mesmo pôde dizer-se da Belgica, um dos mais jovens países coloniais. Quanto á Inglaterra, embora concedendo aos seus dominios uma autonomia quasi absoluta, a verdade é que a sua minúscula metropole, para o caso considerada, paralelamente a Portugal, conseguiu realizar o maior imperio ultramarino de todos os tempos, nele operando uma acção que todos tambem conhecemos e admiramos.

A França, sob o ponto de vista da relação entre a metropole e as colonias, tem uma posição aproximada da nossa, visto que, por cada quilometro quadrado de superficie da mãe patria, conta 21.37 de colonias, enquanto nós

temos 22,57 destas. Acima de nós estão a Itália, apenas com cerca de 7 quilómetros de colónias, por cada 1 da metrópole, a Espanha e o Japão, com menos de um quilómetro destas por outro das metrópoles respectivas, e a América do Norte, cuja vastíssima extensão metropolitana nem permite confrontos com as suas pequenas colónias e protectorados.

Pelo que respeita ao numero de habitantes de cada metrópole, em relação aos das colónias respectivas, argumento de que muitos se valem contra nós, para mostrarem que Portugal não tem gente bastante para colonizar os seus territorios ultramarinos, também os numeros vão demonstrar-nos a improcedencia de tal accusação. Ainda neste aspecto a Inglaterra vem mais desfavorecida do que todos os outros países coloniais, pois conta, por cada habitante metropolitano, 8,29 aborigenes do seu vasto imperio ultramarino. Segue-se a Holanda, país territorial e demograficamente mais pequeno do que nós. Por cada habitante metropolitano, conta ela 6,25 indigenas das suas colónias. Portugal conta 1,7 destes por cada 1 daqueles. Em melhor situação do que nós estão a França e a Belgica, visto que por cada habitante metropolitano de qualquer delas contam, respectivamente, 1,35 e 1,50 de indigenas. Mais favorecidos estão ainda o Japão e a Espanha, cujos habitantes coloniais são em numero muito inferior aos das colónias respectivas.

Quero já acrescentar que este aspecto do problema tem a sua contra-partida, visto que, sendo a mão de obra indigena a primeira riqueza de todas as colónias, desde que o aborigene seja convenientemente educado para o trabalho e por ele, bem mais facéis se apresentam as condições do aproveitamento das riquezas ultramarinas. A' grande densidade demografica local devem alguns países o rapido avanço das colónias respectivas, desde que sejam dotadas com os capitais necessarios ao seu fomento e com uma organização tecnica e administrativa que impulse tais capitais, o que, neste ponto, Portugal tem largamente procurado fazer. Se não temos ainda nas colónias o numero de tecnicos bastantes, desde os engenheiros, aos agronomos, aos veterinarios, aos medicos e mesmo outro pessoal subalterno para todas as necessidades, gradualmente os vamos instalando, e possuímos uma legislação completa, adequada e progressiva, de natureza administrativa.

Resta um outro argumento, e este efectivamente de peso: é que nos faltam recursos financeiros para tamanhos empreendimentos. Mas ocorre perguntar se até hoje deixamos de cumprir os nossos deveres internacionais, em materia de colonização, não collocamos os territorios ultramarinos portuguezes em condições de neles exercerem uma assegurada actividade todos os interesses estranhos que neles trabalham. Podemos afoitamente afirmar que nenhum outro país colonial tem feito mais e melhor para os capitais estrangeiros se lançarem em todas as iniciativas rendosas. Já atraz o demonstrei, pelas obras de fomento enumeradas e por outras que seria longo aqui indicar.

De resto, a pobreza de Portugal não o impediu de até hoje se impôr a quem queira e

deva, sinceramente e sem propositos preconcebidos, reconhecer que temos realizado uma obra que não só nos orgulha, como deve considerar-se honrosa para os povos que nos acompanham nas lides civilizadoras do continente negro e mesmo no Oriente.

A União Sul-Africana, por exemplo, deve muito dos seus acentuados progressos á colaboração economica que lhe prestamos com os nossos portos da Beira e de Lourenço Marques, com os nossos caminhos de ferro, com a nossa mão de obra, com a nossa legislação atinente a auxiliar aquele florescente imperio africano em todos os seus empreendimentos. O mesmo pode testemunhar a Índia britanica, na península em que a servimos, por meios absolutamente semelhantes. Em Angola, lá temos os nossos portos e caminho de ferro do Lobito, escoante natural da vasta zona congolense, possuidora de tantas riquezas mineiras, industriais e mesmo agricolas, num futuro proximo, sem falarmos das convenções a que sempre aderimos e galhardamente cumprimos, quando se trata de interesses internacionais.

Bem sei que a Belgica e mesmo a Holanda, uma pela sua notavel expansão industrial, e a outra pelo seu largo commercio maritimo e admiraveis empreendimentos agricolas, dispõem talvez de mais recursos de que nós. Mas de modo algum chegariam para a sua notavel obra colonial, se os governos respectivos não estivessem louvavelmente animados de um proposito de todos os sacrificios possiveis, para manterem e fazer prosperar as suas colónias. Mesmo a França, se atendermos á vastidão enorme do seu imperio colonial e aos dispendios a que a obriga a sua posição na Europa, demais na hora de incertezas que atravessamos, não pôde dizer-se que esteja em melhores condições que Portugal, sob este ponto de vista.

De resto, não esqueçamos que a propria Inglaterra, antes de ser o pujantissimo emporio mundial de que tira tanto prestigio, era bem mais pobre do que nós, quando se lançou nos empreendimentos coloniais que agora a tornam a primeira potencia do globo, e que deixaria de o ser, se os seus dominios e colónias por completo dela se separassem, e que, para os primeiros, mais tarde ou mais cedo acontecerá, embora ela tenha criado entre eles e a metrópole uma verdadeira confederação de estados, a que não faltam, sequer, os respectivos representantes diplomaticos.

Rebatámos, pois, com factos evidentes, os malevolos argumentos que aqui e além se formulam contra a nossa incapacidade. Se a força continuar sendo o unico fundamento legal que estamos vendo triunfar, por uma cruel ironia dos esforços para se elaborar um direito internacional que assegure mesmo aos pequenos países os legitimos direitos adquiridos, não são então necessarios aqueles sofismas que nada podem encobrir. Apercebamo-nos do nosso direito, e procuremos faze-lo valer, por todos os processos possiveis, ainda os mais dolorosos, pois não nos faltarão energias e virtudes racicas para enfrentarmos com dignidade todos os perigos.

* * *

Importa agora demonstrar que Portugal tem tido e continua tendo possibilidades morais e materiais para realizar a obra colonial que lhe incumbe. Longe me levaria um exame de comparação de semelhante materia. Não cabe ele nas paginas de uma publicação periodica desta natureza, e demais venho abusando do honroso convite que recebi para nelas colaborar.

Limitar-me-hei, pois, a focar algumas cifras mais concludentes, umas tiradas do magnifico relatorio que o antigo ministro das colonias, sr. dr. Armindo Monteiro, publicou sobre os orçamentos coloniais para 1935-36, ao deixar aquela pasta, e outras tambem rapidamente coligidas em publicações similares que correm o mundo, pouco extenso, em que estes problemas se estudam, sobretudo em Portugal.

Para toda a formidavel obra que contamos no nosso activo colonizador, atraz muito sumariamente exposta, podemos dizer que as colonias portuguezas não estão endividadas como as de outros países, em verbas que com as deles se pareçam, quer comparando-as na sua extensão territorial, quer pelos seus recursos naturais latentes ou já em franca exploração.

As nossa colonias, globalmente consideradas, devem apenas a bagatela de 1.100.000 contos aproximadamente, ou menos de 10 milhões de libras. Desta quantia cabe a maior parte a Angola, cujas dividas são de cerca de 900.000 contos, uma boa parte á metropole. Ora ninguem dirá que tão pequeno debito não está largamente representado em apetrechamento economico da colonia, nos seus portos, caminhos de ferro, estradas, vias telegraficas, edificios publicos, serviços administrativos e de assistencia, em possivel eficiencia, occupação, etc. Os encargos da sua divida, mesmo quando o governo central lhe exigir que os inscreva integralmente no orçamento de cada ano, do que tem sido dispensado, em virtude da crise economica que aquela como todas as colonias do globo atravessam, não irão além de uns 65.000 contos, sucessivamente reduzidos, pois toda a divida é amortisavel em curto praso. Convem, entretanto, notar que a carteira de titulos da colonia é de apreciaveis valores, em virtude da larga participação que ela tem nas concessões feitas para varias explorações, sobretudo mineiras. Os encargos de todas as outras colonias portuguezas, para o serviço das suas dividas, não vai além da bagatela de uns 6.000 contos anuais, o que demonstra que quasi não tem debitos, tratando-se, antes, em varios casos, de um reajustamento de contas entre o tesouro de cada uma delas e o da metropole. Em percentagens sobre as despesas anuais e globais de cada colonia, a divida respectiva varia entre um e meio a 25 %, no maximo, que será o caso de Angola. Os outros maiores debitos correspondem á Índia, Macau e Timor. A primeira, riquissimo país, que não deve assustar-se com tão insignificante divida. A soutras duas, em virtude da crise dos ultimos anos, sendo notavel o esforço que vimos fazendo em Macau, para o dotarmos de um soberbo porto, já muito

adiantado, e o qual virá a ser, mais cedo do que possa julgar-se, testa de um caminho de ferro, para o vasto interior chinês, de que aquela nossa minuscula mas progressiva colonia é um natural escoante.

E' o que se tem passado com as colonias dos outros países, e mesmo com os riquissimos domínios britanicos? Algumas cifras apenas, para não transformar este artigo em estudo financeiro, para que não tenho competencia. A riquissima União Sul-Africana, vasto imperio de tantissimas riquezas naturais, devia ha pouco a soma formidavel de 210 milhões de libras, a estas horas certamente aumentadas, pois ha dois anos que não folheio as estatisticas que ela tanto vulgariza. E não se assustam com tal divida, nem o país que a contraiu, nem a Inglaterra. Não seria mesmo possivel que a União atingisse uma tão elevada prosperidade economica sem as gigantescas somas de ouro que chama para fomentarem as suas riquezas, que restariam apenas latentes, sem o necessario aproveitamento. Sem tais caudais de ouro, não teria ela hoje uma das melhores e mais extensas rêdes de caminhos de ferro; os seus magnificos e movimentados portos; as suas admiraveis cidades, que são das melhores em qualquer parte do globo; as suas universidades, de onde saem os melhores tecnicos; a sua espantosa exportação de produtos agricolas e derivados, de minerias, de combustiveis, de artigos industrializados, e de tudo, que póde conseguir-se não apenas de sólos abundantes, mas inteligentemente aproveitados. Pois as nossas duas colonias de Angola e de Moçambique, juntas, não são menos ricas do que os quatro estados da União, que não atingiriam o notabilissimo potencial economico que apresentam apenas com os seus recursos proprios. Para os valorisarem, tiveram de primeiro recorrer abundantemente ao credito. Sem ele, as suas riquezas continuariam desaproveitadas. E' claro que não posso dar aqui a comparação das suas actuais receitas e despesas num montante progressivo, consequencia natural de todos os anteriores encargos assumidos, em que a Inglaterra largamente participa, nem tenho agora á mão os encargos que a divida publica da União representa nas suas despesas orçamentarias. Mas afirmo que, mesmo relativamente, são bem superiores aos das nossas colonias, e muito principalmente da de Moçambique, neste momento praticamente sem divida alguma.

Deixemos, porém, os domínios britanicos, visto que não são bem colonias. Passemos, uma rapida revista por outras de varios países, mais afins de nós.

A divida total do Congo belga, em 1933, atingia a espantosa cifra de uns 4 biliões de francos, mais de 100 milhões de libras, havendo a flutuante passado de 233 milhões, em 1929, para 1.420 milhões em 1934, por virtude da crise que tambem atingiu tão rica e vasta colonia. Notaveis foram os esforços dos governos local e central para a debelar. No Congo, além de uma redução de vencimentos de cerca de trinta por cento, e que atingiu o proprio governador geral e todos os demais funcionarios, na proporção dos ganhos respectivos, outras reduções de despesas se fizeram, tais como supressão de varios cargos de go-

vernadores de distritos, a par do agravamento de alguns impostos. Pois para o desequilíbrio orçamental não ser maior, o governo central subvenciona a sua colônia, desde 1933, com a elevada verba de 165 milhões de francos, para um orçamento de receitas locais de uns 532 milhões. Converta o leitor em escudos aquelas cifras, e veja o notabilíssimo auxílio que a metropole está dando à colônia, além de outros empréstimos locais que ela vai contraindo. Os encargos da sua dívida, em 1935, foram calculados em cerca de 299 milhões a inscrever no orçamento local. Também só assim tão vastos e pujantes territórios podiam ir suportando a crise advinda da queda de valores dos produtos coloniais, sem se perturbar grandemente as obras de fomento que a colônia continua realizando, para manter o nível das suas exportações, e para que a sua vida económica e social não saia ainda mais abalada da derrocada que atingiu, sobretudo, os países em formação, como são as colônias de todo o mundo, que não atingiram ainda o pleno desenvolvimento das suas fontes de riqueza. Entre 1930 a 1935, mais que duplicaram os encargos com a dívida no Congo belga, isto apesar dos suprimentos e adiantamentos que lhe faz o governo central, grande parte dos quais não cobra depois, ou porque considera umas despesas de soberania e de primeiro estabelecimento, que certos países tomam a cargo das metrópoles, como a França, em larga escala, e a própria Bélgica, ou porque só virá o tesouro metropolitano a ser reembolsado quando tais importâncias não tolham o necessário desenvolvimento das riquezas locais.

Também a França não se tem poupado a esforços, para que as suas colônias enfrentem a crise que ainda perdura, nunca deixando de as auxiliar. Em 1931, já em plena crise, tomou o tesouro metropolitano a responsabilidade de um empréstimo no montante global de 5.558 milhões de francos, de que elas usaram até à quantia de 2.318 milhões. A África Equatorial Francesa, para completar o seu caminho de ferro de Brazzaville, contraiu um empréstimo de 800 milhões de francos, tomando o governo metropolitano à sua conta os encargos, até cinco anos depois de a linha estar concluída.

Entre 1932 e 1933, mais de 330 milhões de francos foram levantados por empréstimo, para três das colônias francesas, afim de cobrirem os seus déficits orçamentais. Isto não obstante o governo central haver aliviado os orçamentos ultramarinos de 30 milhões de francos, que deixaram de pagar à metropole, como encargos diversos que a eles cabiam. Convém ainda salientar uma subvenção de 21 e meio milhões de francos que o tesouro metropolitano concedeu às colônias mais pequenas, para as auxiliar na sua crise. Os orçamentos globais de todas as colônias francesas, desceram de 3.642 milhões de francos, em 1930, para 2.476 milhões em 1934. Grande foi, com efeito, a compressão de despesas, tanto na redução de vencimentos, que atingiram por igual desde os governadores até aos outros funcionários, como na supressão de governos de distrito e até de governos de colônia, visto algumas delas serem englobadas na administração de outras, simplificação de serviços,

etc., a par dos possíveis aumentos de receitas, no agravamento de determinadas taxas.

Também nas colônias holandesas o esforço local e central não foi menor. Além das medidas similares das acima apontadas, houve de recorrer-se nelas ao crédito e às subvenções metropolitanas, apesar de elevado débito das colônias, que em 1933 era de 1.423 milhões de florins, e cujos encargos nos orçamentos locais se traduziam pela elevada cifra de 85 milhões, correspondentes a 35 % das despesas totais. Para se conhecer melhor o que tal esforço representa, basta dizer que, em 1926, os encargos da dívida ultramarina holandesa representavam apenas 15,4 % das despesas globais, evidentemente menores do que em 1933, mas figurando já naquele último ano nos orçamentos respectivos 83 milhões de florins para serviço da dívida.

As colônias inglesas da coroa não passaram indemnes o vendaval da quebra de valor dos produtos coloniais. Deste modo, medidas semelhantes foi mister adoptar-se nelas. Alguns exemplos apenas, visto que seria demasiado longo fazer uma rápida revisão de tal quadro. Na Terra Nova, que o Canadá abandonou aos próprios recursos, teve o governo britânico de intervir com um suprimento de 1.850.000 dólares canadianos, não obstante a dívida da colônia ser de 5.200.000 dólares.

A Costa do Ouro, tinha já em 1933 um débito de 13 milhões de libras o que não obstou a novos sacrifícios, para acompanhar o auxílio metropolitano, e isto depois de todos os esforços locais possíveis para compressão de despesas e não deixar cair o montante das produções.

Na colônia de Tanganica, semelhantemente se procedeu, apesar de uma dívida local de 9 milhões de libras, com encargos anuais de cerca de meio milhão, representando a elevada proporção de 30 % no conjunto das despesas orçamentais.

A Nigéria, tinha também em 1933 uma dívida de cerca de 28 milhões de libras, uma parte da qual contraída depois da crise, apesar dos esforços locais de compressões e aumentos tributários. Ali, como em todas as colônias do globo, procura-se, a todo o custo, manter o nível das produções, e aumenta-lo mesmo, para haver compensações na queda dos valores. Todas as obras em curso que visavam a aumentar as produções foram mais ou menos prováveis mais demorados, não deixando também de se considerar a situação dos colonos e continuadas, só se adiando aquelas de lucros das populações indígenas, para não serem atingidas pelo desemprego, mal que urge evitar, não só porque faz cair de muito as possibilidades de consumo, o que mais complica o problema das vendas, como acarreta para os tesouros públicos os pesados encargos de uma assistência social que não pode deixar de dar-se sob pena de graves riscos de toda a ordem.

*
* *
*

Uma das preocupações de todos os governos coloniais tem consistido, ultimamente, em fazerem aumentar as relações comerciais com as metrópoles respectivas, reflexo natural da

politica aduaneira de todo o mundo, erguendo barreiras cada vez mais intransponiveis para as produções estranhas, num doentio nacionalismo que mais agrava os males que pretende debelar. Tambem para esse campo fomos arrastados, e manda a verdade dizer que, nos ultimos anos, bastante se tem feito nesse sentido, embora possamos ainda progredir, não tanto em obediencia áqueles exagerados principios, como porque, efectivamente, havemos descurado o intercambio ultramarino. Tambem nos ultimos anos o ministerio das colonias em Portugla tem decretado medidas atinentes a fixar, no maximo possivel, os lucros obtidos em cada colonia ao fomento das riquezas locais, como tanto importa, a exemplo de uma salutar pratica da exploração colonial britanica, cujos capitaes vão progressivamente aumentando em cada colonia, de modo a tornarem-se cada vez mais reproductivos, no crescendo das iniciativas destinadas a desenvolver a riqueza publica.

Tambem nas colonias portuguezas a crise nos forçou a medidas um pouco drasticas, mas apenas em certos casos, na redução das despesas e no aumento das taxas. Afigura-se-me que fomos algumas vezes longe demais, e que noutras, ficamos áquem do que fizeram a França, a Belgica, a Hollanda e mesmo as pequenas colonias britanicas, onde as reduções de vencimentos atingiram os proprios governadores, e nos cargos publicos houve largas supressões de governos subalternos, poupando-se no maximo os quadros tecnicos e do funcionalismo que é essencial para não ser prejudicada a occupação administrativa e o fomento de cada colonia.

Pelo que respeita aos recursos financeiros de que tanto as colonias portuguezas carecem, principalmente em periodos criticos como o que atravessam desde 1929 e que ainda subsiste, bem desejaria eu poder aqui pô-los a par das cifras que apurei para as colonias e grupos de colonias acima estudados. Mas tais numeros me confirmaram na opinião, que ha muitos anos mantenho e defendo, de que as colonias, países em formação, carecem de aos recursos proprios verem juntar-se outros que mais rapida e eficientemente lhes permitam a progressiva evolução da sua economia, pelo

tambem progressivo aproveitamento das suas riquezas latentes.

E' certo que sempre Portugal se preocupou com tal avanço. Para o demonstrar, enunciei muito sumariamente o estado relativamente avançado em que se encontram as nossas colonias, sob o ponto de vista do seu instrumental economico, instituições sociais e outras medidas atinentes a fazer progredir indigenas e colonos.

Tudo isso fizemos com os largos auxilios metropolitanos. Mas a hora é agora mais decisiva do que nunca. Premencias de varia ordem nos impõem a continuação de tal politica, aliaz tradicional entre nós.

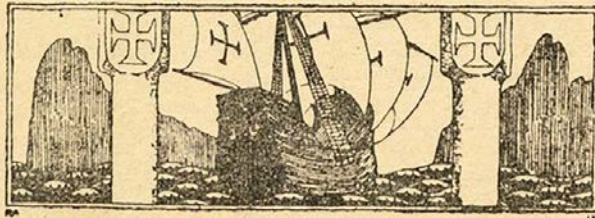
Que os recursos proprios são agora pequenos, basta dizer que o orçamento global de todas as colonias portuguezas, para 1935-36, não chega a 7 milhões de libras.

O grande colonialista sr. general Norton de Matos, cuja notabilissima obra em Angola ninguem pode honestamente deixar de reconhecer, escreveu, num dos ultimos numeros deste soberbo **Boletim**, uma sintese admiravel de duas politicas coloniais. Uma, deixando as colonias entregues aos seus proprios recursos, embora se trate de países em formação, que de todos os auxilios carecem. A outra, preconizando a colaboração das metropoles respectivas nos auxilios financeiros de que as colonias absolutamente careçam para se desenvolverem no maximo possivel.

Sou partidario desta ultima politica. Evidentemente que não quero que ás colonias se prestem auxilios ás cegas, ou em forma de financiamentos, de suprimentos e de os tesouros metropolitanos tomarem temporariamente a seu cargo despesas que figuram nos orçamentos ultramarinos. Não. Controle apertado, responsabilidade efectiva, elaboração de planos governativos e de fomento reproductivo, parcimonia nas despesas dispensaveis, rigor de contas, e só então os auxilios precisos e uteis. As colonias tudo devolverão. Outras mais pobres do que as nossas não se assustam com elevados debitos, mercê dos quais estão progredindo. Sigamos-lhes o exemplo, mas com a condição de em tudo as nacionalisarmos.

Lisboa — Março de 1937.

DOMINGOS DA CRUZ



RENASCIMENTO

Por SERAFIM LOPES RODRIGUES
Engenheiro Civil e Antigo Colono em Angola

T



ERIAMOS o maior prazer como português e como colonialista, bem modesto por sinal, em verificar a realização de tantos desejos e projectos de iniciativas pairando sobre todo o nosso vasto Imperio Ultramarino. Razões muito complexas e causas multiplas não permitem, contudo, ou não permitiram até agora que se desse aquele

passo decisivo na justa conquista dum bem-estar colonial, agora que a consciencia nacional desperta para o conhecimento das colonias, para o estudo dos seus problemas e para a sua solução.

A crise mundial de super-produção aparente, pois, em nosso entender, ela tem sido simultaneamente a resultante duma diminuição consideravel do consumo pela perda de grande parte do poder de compra individual, não podia deixar de se reflectir nas nossas colonias, terras novas iniciando a linha ascendente do progresso, numa verdadeira infancia cheia de promessas, sem dúvida, mas sujeita, por esse facto, a contaminações nocivas ou assaltos pouco generosos de enfermidades depauperantes e pouco desejaveis.

Um país já formado pode resistir como adulto que é mediante um regimen de vida salutar, ao ataque da epidemia economica — tem em si condições proprias de reacção para a salutar defêsa. Mas é necessario que não sofra de velhice precoce ou mal incuravel. é necessario que todos os seus orgãos funcionem regularmente e que, porque não dizê-lo, não sofra de alienação mental, conhecido como é o paralelismo dos fenomenos fisiologicos dos povos e dos individuos.

Portugal, com a sua idade provecta, mostra hoje a sua virilidade indiscutivel e a sua saude organica recuperada, afastando com energia de sôbre si o perigo da doença do seculo e, sem acessos febris de reacção intensa, mas lenta e seguramente, renasce hoje, cada vez mais forte, para a realização proxima do seu grande destino historico. E no seu renascimento creador deve, natural e forçosamente, expandir-se no desenvolvimento das suas Provincias d'Além-Mar, procurando com o seu

exemplo e os ensinamentos da sua milagrosa cura salvar as suas filhas dilectas, presentemente enfraquecidas, usando, para isso, de meios activos, energicos e simultaneamente carinhosos.

Sabemos de ante-mão que uma actuação metodica e persistente não pode deixar de conduzir a resultados excelentes. De mais temos dado provas de rija tempera e pertinaz esforço, não só descobrindo e ocupando, como desbravando e fixando-nos teimosamente ao torrão bravio, com amor e com sacrificio.

Quando da nossa estada em Angola, conhecemos colonos miseraveis que na sua magra horta encontravam a razão suprema da sua existencia, agarrados áqueles escassos palmos de terra que o seu esforço tinha tornado fecundos, irrigados pelo seu suor e amanhados com o seu amor de portugueses, não esquecendo nunca a Patria distante e algum tanto, deles esquecida, não deixando de vibrar com os seus triunfos nem de repelir altivamente Inconfessaveis pretensões de estranhos ou perfidas insinuações de menor valia.

Com tal massa, que coisas lindas se podem e devem fazer!

—:—

Certos de que do patriotismo dos homens que actualmente governam o país e da sua clara inteligencia tudo devemos esperar e que, dentro das possibilidades, eles tornarão realidade o belo sonho de prosperidade do Imperio que todos temos, não podemos contudo deixar de apresentar certas sugestões, no desejo desinteressado de contribuir, embora modestamente e com préstimo limitado, sem ineditismo, talvez, mas sem pretensões, para o bem comum.

Comecemos por reforçar, de inicio, essa grande aspiração de tantos colonialistas de fixar homens brancos portugueses nas vastas regiões planalticas e habitaveis de Angola e Moçambique.

Não pode essa fixação, de facto, ser feita com os recursos proprios de cada uma das colonias; seria loucura pensarmos tirar aos parques recursos coloniais, fruto de economias, necessarias decerto, mas dolorosas, os capitais necessarios ao vasto empreendimento. Temos, portanto, de contar unica e exclusivamente com os recursos metropolitanos e só o

Estado, directa ou indirectamente, poderá lançar ombros à empresa, sabido como é que a organização particular não pode nem quer colocar capitais em empreendimentos incertos ou de resultados demorados, quer pela sua insuficiência de numerario quer de iniciativa. De mais a mais, as grandes empresas coloniais de organização particular não ofereceriam aquela garantia de boa administração ou de desinteresse, mesmo relativo, que seria para desejar, sabida como é a tendencia para gerencias catastróficas e obtenção de lucro imediato, esta ultima sendo consequencia do fraco potencial financeiro do pé de meia nacional.

E' portanto ao Estado que cumpre financiar a colonização das terras altas africanas, duma forma extensiva e intensiva, usando os recursos próprios ou do quantitativo de empréstimos internos, para esse fim realizados.

Brigadas organizadas no sentido de aproveitar utilmente os membros empobrecidos ou necessitados já fixados na respectiva colonia, a exemplo do que foi feito quando da organização das brigadas de ataque ao gafanhoto, superiormente dirigidas por tecnicos capazes e utilizando a mão de obra indigena, procurariam demarcar, desbravar, cultivar e irrigar certas porções de terreno, destinadas a constituir novos nucleos de colonização branca e construindo, modestamente, sem duvida, as residencias respectivas. Uma organização especial, com elementos dos Serviços de Colonização e Terras e de Agricultura de cada colonia, dirigiria superiormente esses trabalhos, fiscalizando-os e procuraria dotar esses nucleos duma pequena central de força motriz para serviços agricolas de conjunto, duma escola primaria e, sendo possivel, duma missão catolica ou simples delegação.

Completando a instalação, os Serviços Agricolas dotariam esses casais da aparelhagem e utensilagem necessaria e forneceriam aos colonos, a exemplo do que já vêm fazendo, as sementes, arvores de fruto e assistencia tecnica indispensavel.

Conjuntamente com a Assistencia agricola é indispensavel a criação duma entidade nova que dê condições de vida aos nucleos de colonização e Terras e de Agricultura de cada Coló. crédito condicionado á produção lhes garantida a colocação certa dos productos funcionando como cooperativa de compra e venda e fornecendo-lhe, portanto, a preços razoaveis, os artigos e generos de consumo corrente. Essa entidade, colhendo cotações dos productos nos mercados mundiais e procurando a sua colocação remuneradora, servirá de orientadora

do sistema, condicionando culturas de acordo com os Serviços Agricolas segundo as exigencias e as possibilidades do consumo.

Finalmente, não podemos desprezar um elemento novo, a parte social, elemento de excepcional valia nas organizações economicas nacionais — A Casa do Povo, uma Casa do Povo colonial, proporcionando em edificio proprio aquelas distrações hoje tão comezinhas da radio-telefonía, das projecções, dos cantos corais, de pequenos espectaculos, além daqueles jogos de ar livre, tão uteis ao corpo como ao espirito, estabelecendo-se, tambem a parte de Assistencia na doença, na invalidez e na morte, como se está fazendo nas Casas do Povo metropolitanas, para garantia do colono, razão da sua fixação e fecho da linda e grandiosa abobada nacional que pretendemos erguer.

Estes elementos, sequentes ou simultaneos, podem, resumindo, definir-se como segue:

INSTALADOR

Organização conjunta dos Serviços de Colonização e Terras e de Agricultura, demarcando, arroteando, irrigando e fornecendo sementes e alfaias agricolas;

ORIENTADOR

Serviços Agricolas com instalação permanente ou de visita periodica, guiando e condicionando as culturas segundo a natureza das terras, indicando os adubos a empregar, procedendo á análise dos terrenos;

FOMENTADOR

Elemento comercial de compra e venda de productos, cooperativa de consumo, facultador de credito, fiscal permanente da laboração, condicionador de produção perante as exigencias dos mercados de acordo com o elemento orientador e, cumulativamente, cobrando as rendas e amortizações e velando de todas as formas pela conservação e desenvolvimento da riqueza do nucleo assistido;

EDUCADOR

Missão e Escola, separadas ou conjuntas, e Casa do Povo, tendendo á elevação moral do colono e sua educação material, proporcionando distrações uteis e salutaes e fazendo de cada nucleo um pequeno centro de cultura nacional.

Instalados, orientados, amparados e educados, os colonos portugueses seriam verdadeiros criadores de riqueza, esteios firmes do Imperio e obreiros uteis e magnificos do nosso Renascimento.

E se isto é fantasia, é loucura, é sonho, que belo e esplendoroso sonho que tivemos!

Regua, 26-5-1936.

SERAFIM LOPES RODRIGUES

Velhos Colonos

R E C O R D A R - S E
C O N S O L A R - S E
A. HERCULANO

(Pelo DR. ANTONIO FIGUEIREDO GOMES
DE SOUZA
(Médico Veterinario)

I

(ESPECIAL)



NDA na moda, lá pela Metropole, a evocação de figuras celebres da nossa historia colonial, d'essas que, no dizer de Camões, dilatavam por todas as partes do mundo a fé e o império. De ha tempos para cá que essa evocação incidiu sobretudo em certos heroes das guerras d'Africa, os quaes apparecem como tẽma preferido dos

discursos dos nossos oradores de raça e de artigos de revistas e jornaes sempre em estylo grandiloquo e prenhes de adjectivos rebuscados.

Em face dos tempos mavórcios que correm, em que se respira polvora por toda a parte, não podiam deixar de ser as figuras militares as que mais tem merecido a atenção dos nossos escritores e oradores de assuntos coloniaes. E de tal modo se dizem e repetem os seus feitos, em prosa e até em verso, que quasi acreditamos não ter havido outras figuras de relêvo além d'essas nos nossos fastos ultramarinos.

Grandes figuras foram, sem dúvida, e tão grandes que muitos dos seus penegristas difficilmente as compreenderiam se as tivessem conhecido pessoalmente ou lidaõ com elas de perto, ou ainda se tivessem vivido em terras africanas ha quinze ou vinte anos atraz. Tão grandes foram que se tornaram como que divindades, mais proprias para serem adoradas em templos do que para servirem de alvo a todo o arruido e especulação feitos á sua volta. Mais estranho ainda é que toda essa verborreia gira á volta de um reduzido numero de figura, algumas das quaes nem tempo ainda tiveram d'entrar na Historia, quando, afinal, Portugal conta centenas de verdadeiros heroes desde que se lançou na grande aventura das descobertas e conquistas.

Citar uns e não citar os outros, glorificar estes e deixar no esquecimento aquêles, tantas vezes de mais elevada craveira, só revela parcialidade ou ignorancia. Indignado com o esquecimento, pouco lisongeiro para o nosso paiz, a que tinham sido votados os pioneiros portuguezes das grandes viagens transafricanas, o grande colonial que foi o dr. Manuel Ferreira Ribeiro, não poude calar a sua consciencia em presença das aclamações, aliás justissimas, prestadas aos intrépidos exploradores Capello e Ivens, e escreveu em 1885 a sua "Homenagem aos heroes que precederam Capello e Ivens na travessia da Africa Austral", em que foca senão o valor scientifico d'essas viagens pelo menos a coragem e a perseverança de taes pioneiros.

Desprovidos de auxilio financeiro, de material scientifico e até de material de acampamento, como o que os exploradores officiaes usufruiam, percorrendo regiões desconhecidas, arrostando o clima, geralmente ingrato, atravessando rios caudalosos e pantanos em minusculas almadias, em risco de morrerem afogados ou de serem apanhados pelo traçoieiro jacaré, tendo muitas vezes de se defrontar com fêras e populações selvagens e hostis, os viajantes antigos apparecem-nos incomparavelmente superiores aos viajantes modernos, sem falar nos da época actual, que só conhecem, a bem dizer, o automovel, o caminho de ferro e o avião.

Quem viaja hoje com toda a comodidade pelo continente africano mal pode conceber quanto custou aos antigos sertanêjos a penetração e pacificação do territorio, e imaginam que tudo isso se deve a meia duzia de expedições militares em tempos já recuados.

Grandes viajantes tivemo-los em todos os tempos, em todos os continentes — America, Asia, Africa — em todos os mares, como hoje os possuimos em todos os ares. Em todos os campos da actividade humana do ultramar tambem tivemos grandes figuras, umas que os livros citam a cada passo, outras que apenas os eruditos conhecerem, outras ainda que vivem sómente na memoria dos contemporaneos ou que já se sumiram nas sombras do esquecimento.

A par dos grandes capitães, dos mais inspirados missionários, tantos dos quaes se transformaram em mártires, e d'alguns homens de sciencia em tempos mais proximos, muitos portuguezes houve que vieram para as colonias desde os primeiros tempos, por espirito de aventura ou em busca de fortuna. Quantos — os degredados que os antigos navegadores iam deixando pelas terras onde aportavam, afim de no regresso os tomarem de nôvo e receberem noticia da terra e da gente, com o que lhes eram perdoadas suas penas, em seguida os traficantes de varia ordem que se arriscavam pelo sertão dentro, atraídos pelo negocio e que tantas vezes por lá morriam, victimas do clima ou do gentio, por fim aquêles que, em tempos mais modernos, se fixavam e constituíam propriedades agricolas e até povoações, algumas das quaes são já seculares — quantos, quantos!

Na conquista e pacificação dos nossos domínios ultramarinos trabalharam missionários, soldados e colonos. Antes dos nossos soldados avassalarem muitas regiões já os missionários a tinham conquistado pela evangelização e muitos comerciantes as percorriam em amistososo trato com os indigenas. Salvo raras excepções, a força das armas só se tornou necessaria para impôr a vassalagem a tribus mais rebeldes ou para dominar qualquer revolta, filiada ás vezes nas violencias que alguns dos nossos praticavam.

Glorifiquemos os nosso heroes; escrevâmes com imparcialidade e em castiça linguagem portuguezsa os seus feitos, divulguêmo-los pelo estrangeiro e façamos vêr ás creanças das nossas escolas o seu valor, não só em relação á historia patria mas sobretudo em relação á historia universal, de que a nossa é apenas um capitulo. Lembremos a, todos e em especial á nossa mocidade que os heroes portuguezes não foram sómente aquêles de que resa a historia, ocupados quasi todos em semear a morte nos campos de batalha, mas também aquêles que os precederam, os acompanharam ou lhes sucederam em missões de paz, sem as quaes a sua obra ficaria odiosa ou perdida. Na formação de todos os domínios coloniaes, na emancipação e no progresso das nações apparecem sempre figuras menos conhecidas mas que nem por isso ficam abaixo das de maior nomeada e muitas vezes até as excedem. Para se escrever conscienciosamente a historia, para a tornar comprehensivel, é necessario dizer a verdade, por mais dura que ela nos pareça, fazer justiça — e a justiça só está onde está a verdade.

Recordar figuras de velhos colonos equivale a reunir pedras para o edificio da verdadeira historia ultramarina e ao mesmo tempo evocar horas gratas em relação aos que foram os nossos dias. Todos nós, que percorremos ha longos anos terras africanas, por caminhos na maior parte atapetados de abrolhos, sentimos prazer em recordar tempos idos, tantas vezes carregados de nuvens negras, mas que hoje, esbatidos pela distancia, nos parecem mais claros e mais calmos, á semelhança dos ocosos do outôno. A's nossas recordações da vida sertaneja, dos batuques e cantares indigenas, das cênas de caça, tão cheias de aventuras, das marchas sem fim, de machila, das febres, que com frequencia nos aniquilavam, de tantas passagens da vida africana, andam ligadas varias figuras de velhos colonos.

Dos velhos colonos que conheci nos meus primeiros tempos d'África, com 30,40 e 50 anos de vida colonial, desenraizados da mãe-patria e absolutamente integrados no seu novo meio, restam apenas raras reliquias, incompreendidas pela gente moderna. Ainda me parece ouvi-los a evocar as suas ambições ao embarcar para a Africa, muito novos, no desejo de angariar fortuna, os trabalhos passados, os dias felizes, e finalmente as suas desilusões, os tristes dias que a crise economica lhes trouxe — tudo isto no meio da gralhada da prole mestiça e atravez de uma linguagem polvilhada de termos indigenas.

Conheci muitos n'uma época de grandêsa, após a Grande Guerra, gastando á larga, fazendo vida de ricos homens, bemdizendo a hora em que tinham embarcado. Que diferença entre esses tempos e os actuaes! Tudo passa n'este mundo.

Alem de ser um consôlo pessoal e um acto de justiça o evocar essas figuras de velhos colonos, é também, por assim dizer, uma conveniencia politica. Na balança das ambições coloniaes que ameaçam as nações menos poderosas não é a historia — "archives des misères" como dizia Fabre — nem as arengas dos plunitivos o que mais pesa, mas sim o grau de desenvolvimento economico dos seus domínios, de nacionalisação por efeito da colonisação, e de civilisação das populações nativas. Também a Espanha tem a sua epopeia de descobrimentos e conquistas, e, coitada, está hoje, quasi desprovida de colonias...

Se cada um dos colonos com dez ou quinze anos, pelo menos, de vida africana, recordasse uma ou duas figuras suas contemporaneas já desaparecidas, ou qualquer das reliquias da velha colonisação, que ainda restam aqui e além, muitas paginas curiosas viriam a lume

e a nossa historia colonial seguiria rumo bem diferente. Assim, no cumprimento do que reputo um dever, venho hoje falar d'alguns velhos colonos com os quaes — á excepção de um, de mais antiga geração — tive o prazer de privar nos primeiros tempos da minha vida colonial, uns que a morte já levou, outros ainda vivos, que muito gostaria de tornar ainda a vêr.

I I

A cêrca de trezentos quilometros a leste de Luanda, confinada entre o rio Lucala, afluente do Cuanza e o rio Luinha, seu tributario, existe uma das mais belas e mais ricas regiões de Angola e até d'entre-tropicos: a região de Cazengo. E' uma mancha, um prolongamento da grande floresta equatorial que povôa grande parte das regiões do golpho da Guiné, d'essa floresta luxuriante de que se tem contado maravilhas e de que muito ha ainda que contar. E' uma região de sonho, que a grandêsa do arvorêdo torna, pesado, onde o homem se sente esmagado ante tão imponente manifestação da Naturêsa.

"Cazengo — escrevia João Guilherme Pereira Barbosa", antigo agricultor d'aquella região, em 1847 — é uma lingua de terra, que corre de leste a oeste, com quinze léguas de comprimento e seis na sua maior largura; demarca a leste com Ambaca, ao Norte com o Golungo Alto, a oeste com Massangano, e ao sul com Cambambe, na maxima parte da sua extensão, de forma que este districto está situado entre dois rios; o Lucalla o fecha pelo sul em toda a sua extensão, e o Luinha pelo norte na distancia de oito léguas, até á confluencia no Lucalla na extremidade oeste".

Extremamente montanhosa, os cumes das suas montanhas roçam pelos mil metros.

A floresta, alta, densa, de folhagem verde-escura, cobre toda a terra desde as margens dos rios até ao cimo das montanhas, deixando apenas a descoberto um ou outro pico escaldado. As arvores atingem com frequencia quarenta metros de altura e mesmo mais, e a vegetação de arbustos, ervas e trepadeiras é tão forte e tão acumulada que não deixa o mais pequeno espaço de terreno livre nem permite muitas vezes vêr os ribeiros, que apenas se sente correr por entre fraguêdos.

Ha sitios d'encantadora belêsa, bem merecedores da visita dos turistas e principalmente d'aqueles que admiram estes trechos da primitiva vegetação, taes como o vale do Zondo, o vale do Luinha, Que-

ta, Zavûla, Caculo, etc. O vale do Zondo é um dos pontos onde a floresta se apresenta mais densa e mais vigorosa.

O caminho de ferro atravessa a região em constantes torcicolos contornando montanhas ao longo de elevadas trincheiras, defrontando vales profundos e quasi escarpados. A grande massa do arvorêdo envolvendo a via dá-nos a impressão de que o comboio segue pelas aldeias de um magestoso parque. No tempo em que por lá andei, havia no sitio denominado Queta dez altos viaductos de ferro, obra prima da nossa engenharia, alguns dos quaes em declive e em curva, que atravessavam diversos braços do vale do Zondo. Pouco tempo depois foram substituidos por atêrros.

Cazengo é uma das mais ricas regiões de Angola. Das florestas saem preciosas madeiras; no seu seio cresce o cafeeiro selvagem, e atravez da saltas frondes despontam as corôas elegantes das palmeiras do dendem, cujos fructos dão o oleo de palma e o coconote. Nas fazendas que existem dispersas nessa formosa região encontram-se vegetando tão bem como nas suas pátrias muitas plantas d'entre tropicos que exigem muito calôr e muita humidade: o cacaeiro, a caneleira, a canforeira, as varias ateiras, a jaqueira e muitas outras. Tambem existem alguns minérios, ferro e cobre, especialmente. Das minas de Oeiras, situadas no extremo oeste da região, de Cozengo, extraiu-se muito ferro, com o qual nos seculos XVIII e XIX se fizeram peças de artilharia e outros objectos.

Mas, ha sempre o lado triste das coisas. A par de todas as suas riquêsas agricolas e mineracs, a região de Cazengo, devido talvez á grande humidade, é doentia e nos sitios mais sombrios da floresta abriga-se a terrivel mosca tsé-tsé, transmissora da doença do sono, que tantas victimas tem causado sobre tudo entre os indigenas.

Um dos mais antigos agricultores de Cazengo o que primeiro plantou café n'aquella região, foi o já citado João Guilherme Pereira Barbosa. Para podermos avaliar as magnificas qualidades moraes e de trabalho d'esse pioneiro da agricultura de Angola vejamos as seguintes noticias publicadas nos boletins officiaes de Angola dos anos de 1845 e 1847.

"Illm.º Snr. Viu S. Exa. o Governadôr Geral da Provincia, com muita satisfação o officio de 17 de Outubro corrente, em que dá circunstanciada conta das suas lavras de café no distrito de que é Chefe, declarando que este ano apresentará no mercado d'esta ci-

“dade setecentas arrobas daquele genero, e
“reconhecendo S. Exa. não só da exposição
“feita por V. Exa., mas tambem das informa-
“ções que ha obtido, o zelo e intelligencia, com
“que V. Exa. se dedica á agricultura, cujo
“progresso é altamente recomendado pelo
“Governo da Sua Magestade a Rainha, me
“encarrega de louvar, por isso, a V. Exa. em
“seu nome, esperando que continuará inces-
“santemente em seus trabalhos agricolas, fi-
“cando V. Exa. na certeza de que a S. Exa.
“muito agradável será ter de levar á presen-
“ça do Governo de Sua Magestade, os bons
“serviços de V. Exa., que não deixarão de ser
“atendidos pela mesma Augusta Senhora
“Deus guarde a V. Exa.. Secretaria Geral do
“Governo Geral e suas dependencias, 31 de
“Outubro de 1845. — Ilm.º Snr. João Gui-
“lherme Pereira Barbosa, Chefe do Distrito
“de Cazengo. — (a.) João Roberedo, Seere-
“tario Geral da Provincia”.

“Ilm.º Exm.º Snr. — Em officio que recebi
“da Secretaria Geral, com o N.º 1076 e data
“de 25 de Setembro, se me comunica, que
“V. Exa. quer saber a quanto montará a mi-
“nha colheita de Café neste ano, para levar
“ao conhecimento de Sua Magestade o pro-
“gresso que tem tido os meus trabalhos agri-
“colas. E’ com a maior satisfação que cum-
“pro este dever, e permita-me V. Exa. que eu
“seja um pouco extenso, o qual julgo não será
“ocioso, por serem esclarecimentos sobre um
“ramo que muito pôde concorrer para o au-
“mento desta Provincia e utilidade do Es-
“tado.

“No principio deste mez conclui a colheita,
“e o café medido no acto da apanha pro-
“duziu 3.800 cazungueis, e pelo que tenho cal-
“culado sobre o abatimento que tem nas di-
“ferentes operações porque passa, de secar,
“descascar e escolher, aquella quantidade de-
“ve produzir 700 arrobas para mais, de Café
“pronto para ser levado ao mercado. O café
“na sua produção segue a ordem de um ano
“escasso e outro abundante alternadamente;
“este ano foi mesquinho, e ainda mais o foi
“o atrazado por falta de chuvas, que não o
“deixou criar, ficando o grão muito miudo, e
“por isso de menos rendimento. Eu tenho au-
“mentado muito as minhas lavras, tenho plan-
“tações para produzirem mais de 1.500 arro-
“bas, e no ano proximo futuro devo colher
“para cima de mil: como a produção me aju-
“da, vou sempre aumentando em braças e
“alargando as plantações, sendo forçoso con-
“fessar que a Africa sempre é Africa, e se
“não podem comprar seus produtos com as

“grandes vantagens que se fazem na Ameri-
“ca; contudo, grandes recursos se podiam ti-
“rar da Agricultura, se houvesse quem a ela
“se applicasse; e não se diga que são preci-
“sos grandes capitais, porque de contrario sou
“eu um optimo exemplo. Eu sahi do Brasil
“para a Africa com tenção fixa de ser plan-
“tador de café, na minha chegada a Angola
“todos os meus fundos se reduziam a 500\$000;
“com eles fui á feira do Dondo comprar 25
“escravos, e com estes comecei aqui a traba-
“lhar, sujeitando-me á mais restricta eco-
“nomia, e sofrendo repetidos desgostos da au-
“toridade territorial e até mofas dos pretos,
“mas como eu tinha uma ideia fixa, por entre
“espinhos fui marchando ao meu fim. Os
“meus primeiros trabalhos foram perdidos
“pela minha inexperiencia, mas sem desani-
“mar com os inconvenientes, marchei sem-
“pre, e hoje, graças á Providencia e ás terras
“africanas, tenho o meu estabelecimento mon-
“tado com 150 escravos, e não tenho ligação
“com ninguem, nem devo Capital algum; o
“aumento que tenho experimentado é filho
“do rendimento da mesma plantação. — Este
“Distrito e tambem o do Golungo Alto, tem
“abundantes terras tão proprias para o café,
“que o produzem expontaneamente, e na ver-
“dade faz pena não serem aproveitados, pois
“qualquer empreendedõr que a isso se propo-
“nha pôde contar com resultado certo, mas
“parece fatalidade, que os filhos de Africa
“tenham negação para tais trabalhos, e os
“Europeus, quando aqui chegam adquirem a
“mesma negação. — Eu tenho feito os maio-
“res esforços para persuadir os povos que me
“avisinham a plantarem café, mas com pouco
“fruto, pois só conto três plantadores, e em
“pequena escala. — Deus queira que os bons
“desejos que V. Exa. tem pelo engrandecimen-
“to desta Provincia, sejam coroados com o
“desenvolvimento da Agricultura, unica fonte
“donde se pode esperar a verdadeira prospe-
“ridade dela. — Deus guarde a V. Exa. —
“Quartel em Colonia, 17 de Outubro de 1845.
“— Ilm.º Exm.º Senhor Governador Geral.
“(a.) João Guilherme Pereira Barbosa”.

“No dia 22 do mez proximo passado, faleceu
“no distrito, e na residencia em Colonia, o
“benemerito chefe daquele Distrito, João Gui-
“lherme Pereira Barbosa. — Era natural da
“Vila dos Arcos no Minho, e achava-se em
“Angola desde o ano de 1832. Os seus serviços
“á Provincia são distintos, pois foi o residente
“nela que primeiro, e unico até hoje, montou
“um consideravel estabelecimento de Agri-
“cultura. do qual já colhia em Café para mais
“de 700 arrobas.

“Em atenção á sua dedicação a este importante ramo, lhe conferiu Sua Magestade a Rainha, o grau de Cavaleiro nas ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e o nome de chefe daquele Distrito. — Era um bom funcionario, muito exato e incansavel no cumprimento de ordens superiores, deu grande desenvolvimento á exploração das minas de ferro, que ali são abundantes, e administrou os povos que lhe foram confiados por tal maneira, que nunca no Governo Geral constou o menor queixume, — o seu Governo foi um Governo Potriarchal! — Sentimos a sua morte não só pelas boas qualidades de que era dotado como homem particular; mas especialmente como servidor do Estado, porque a sua falta é falta de grande monta para esta Provincia — nós a lamentamos do coração.”

Bem merecia João Guilherme Pereira Barbosa — não só agricultor como funcionario cujo “governo foi um governo patriarcal” — que a sua memoria fosse perpetuada no nome da vila de Dalatando, capital da região de Cazengo, ou do velho horto de S. Luiz, mais tarde Jardim Colonial de Cazengo e hoje Estação Experimental do Café, ou ainda da fazenda Proptotipo, que êle fundou. Nada se fez nesse sentido e o nome do velho e prestimoso colono continua a ser conhecido apenas de um ou outro erudito das coisas de Angola ou de qualquer folheador dos velhos livros d’aquela provincia.

No tempo em que servi na região de Cazengo, em 1922, havia varios colonos antigos, com algumas dezenas d’anos de vida africana. Entre aqueles com quem mais de perto lidei recordeo o snr. Tomaz José Marques, proprietario da fazenda Sta. Isabel, proximo de Dalatando e d’outras propriedades. Cultivava muito café e colhia muito oleo de palma e coconote, nos tempos em que esses productos estavam altamente valorizados. Tinha então trinta anos de Angola, quasi todos passados em Cazengo; e pelos ultimos anuarios vejo que ainda vive na sua velha propriedade de Santa Isabel, no magestoso vale do Zondo. . . .

Mais longe, para oeste, fica a propriedade Camôma, do snr. Palhares, velho colono que nesse tempo tinha á volta de cincoenta anos d’Africa, para onde tinha ido com treze anos d’idade, na maior parte tambem vividos em Cazengo. Creio que já faleceu, pois não encontro o seu nome nos anuarios.

A formação das propriedades de Cazengo e, do mesmo modo, as do Maiombe, Amboim, Encoge e outras regiões semelhantes, era curiosa. Os exploradores, ou antes os pretendentes a agricultores começavam por “limpar” as flo-

restas, isto é, por destruir os arbustos, trepadeiras e muitas arvores, deixando apenas de pé sómente as necessarias para sombrear o café plantado de nôvo. E assim iam aumentando de ano para ano as áreas de cultura, e chegavam a ter vastissimas propriedades.

Moços que vinham da Metropole buscar á terra angolana um peculio que lhes permitisse gosar na sua aldeia natal uma vida independente, desembarcavam cheios d’esperanças. Uns ficavam pelo litoral empregados no commercio, outros seguiam a carreira do funcionalismo, onde ao cabo de pouco tempo perdiam a acção e cristalisavam, a maior parte aventurava-se pelo interior a negociar com o indigena e quasi sempre acabava por se fazer agricultor. Montavam o seu negocio ou a sua lavoura com capital proprio ou com capital emprestado por outros colonos mais endinheirados. Os tempos corriam prosperos, de modo que ao cabo de poucos anos raro era aquele que não tinha já satisfeito os seus compromissos.

As vias de comunicação eram escassas, o meio de locomoção mais usado era a machila, as bagagens e os viveres eram transportados ao dorso de carregadores; não havia pontes e a travessia dos rios era feita em almadias ou dongos que com frequencia se afundavam, ocasionando desastres.

Povoações europeias havia poucas e essas mesmo muito afastadas, centenas de quilometros por vezes, uma das outras, e ainda por cima constituídas por grosseiras habitações e povoadas de gente apenas afeitada ao negocio com o gentio. Não havia comodidades e as mulheres brancas eram rarissimas, principalmente nas regiões sertanêjas. Todos vinham por pouco tempo, sómente o necessario para amearhar uns cobres, mas o negocio ia rendendo, a ambição ia crescendo, apareciam os productos do crusamento com as mulheres indigenas e na maior parte esses homens acabavam por ficar definitivamente na terra africana, desarraigados cada vez mais da metropole. As febres, tributo obrigatorio de todos os que pisam o solo tropical. atacavam-n’os logo de comêço e faziam sempre victimas. Muitos eram arrebatados pela morte, ainda jovens, saudosos da familia, das noivas, da casa natal que tinham deixado, cheios das esperanças d’um feliz regresso.

Se fôsse possivel fazer a historia d’esses pioneiros da civilização d’Angola, obra de justiça e do mais elevado patriotismo a que ninguem, todavia, ainda meteu hombros, infinitamente grande seria a nossa força moral a defender-nos das ambições coloniaes, mais ou menos encapotadas, de certos palzes.

Andava eu por Cazengo e Ambaca n'esse ano, já afastado, de 1922, quando um dia me disseram que dois velhos colonos de Ambaca desejavam conhecer-me e que eu fosse visitar a sua propriedade. Eram espanhoes, ou antes galêgos, irmãos, naturaes de uma povoação ribeirinha do rio Minho, fronteira a Monção. Os seus nomes eram Joaquim e Manuel Molares d'Abril, mais conhecidos por Molares de Capichongo, sitio onde residiam. Em Cazengo e Ambaca toda a gente conhecia e estimava os irmãos Molares, colonos dos mais antigos d'aquelas terras.

Por uma madrugada de Agosto sai do Lucaia, importante povoação comercial situada á beira do rio do mesmo nome e do caminho de ferro, que o atravessa por uma das maiores pontes que ha em Angola, e tomei o caminho de Ambaca. Como era meu costume, passei pela fazenda Quijia, possuidora de vastas plantações de sisal, e lá me demorei um pouco com o seu administrador, o falecido comandante Sousa Birne, o qual, devido talvez á falta de barcos para comandar, trocara a bussoia e as cartas de navegação pelos trabalhos agricolas em Africa.

Sempre de machila, meio de transporte ainda muito usado n'esse tempo, segui da Quijia em direcção a Capichongo, a devorar os trinta quilómetros que separavam uma propriedade da outra.

Caia a tarde e o crepúsculo ia tornando cada vez menos visivel o caminho. A região de Ambaca não se compara em belêsa á de Cazengo: o arvorêdo é escasso e de fraco porte, os vales são menos profundos e o relevo terrestre incomparavelmente menos acentuado.

Aqui e além, manchas luminosas marcavam os vales são menos profundos e o relevo trabalhavam os fogos gentilicos. Bem de noite, cheguei a casa de um comerciante europeu, o snr. Moraes, que mais tarde morreu tragicamente, queimado, pelo fogo do capim, n'uma caçada. O snr. Moraes possuia uns cães de guarda, muito respeitaveis, que nos atacaram. Tivemos de nos defender a cacête, e ainda assim alguns carregadores ficaram feridos. Apesar do snr. Moraes me fazer vêr que era já tarde quiz ir ainda dormir a Capichongo e puz-me de novo em marcha. Cêrca da meia-noite cheguei com a minha comitiva á fazenda Capichongo e fui bater á porta dos velhos Molares.

Uma casa de grandes dimensões, coberta a zinco, como era comum n'esse tempo, mas muito mal conservada, que metia mêdo a quem não estivesse habituado a vêr velhas habita-

ções de colonos africanos. Novamente grandes cães nos vieram atacar, obrigando-nos a uma cerrada defêsa.

Apareceu-me, com um candeeiro na mão, Joaquim Molares, o mais velho, e momentos depois seu irmão Manuel. Fômos cear e conversámos durante algum tempo. Joaquim Molares contou-me em palavras simples a historia, tambem simples, da sua vida de colono. Ao contrario do que usavam fazer os seus patricios, que de preferencia emigravam para as republicas sul-americanas, para Cuba ou para as Filipinas, Joaquim tinha vindo tomar fortuna á costa d'Africa, e um veleiro o trouxe até Luanda, em 1871. Tinha êle apenas 19 anos!

Trabalhou durante uns mezes em Luanda, até que resolveu meter-se a caminho do sertão, a negociar com o gentio e a arrotear terra para café e palmares. Ainda não existia o caminho de ferro de Luanda a Malange, que só decorridos mais de dez anos começou a ser construido, e Joaquim Molares, armado com a indispensavel espingarda e acompanhado dos seus carregadores, que levavam a mercadoria para o negocio, seguiu de machila de Luanda para Cazengo.

Atravessou as planicies de Luanda e de Icolo e Bengo, onde de longe a longe se encontram lagôas povoadas de hipopotamos e crocodilos, onde os mosquitos, aos milhões, não deixam um momento de socêgo aos viajantes, onde os monstruosos baobabs e a massa sem fim de arbustos uniformes e raquiticos imprimem á região um aspecto de tristeza e aridez, de que derivou possivelmente a secular má fama da costa d'Africa. Por fim entrou na região de Cazengo, cuja frondosa vegetação e abundancia de rios o havia necessariamente d'impressionar, de dar a ideia de que tinha, enfim, penetrado na Africa das riquêsas, na Africa portentosa, como a definiu Eça de Queiroz, na Africa dos seus sonhos, enfim!

Durante anos viveu em Cazengo, onde comerciava com o indigena e fazia agricultura. Mandou vir dois irmãos, Manuel e Francisco. Muito trabalhadores e muito amigos, fundaram a fazenda Dalagando, uma das melhores propriedades d'aquella região, abundante de café e palmeiras. Não puderam, todavia, saldar seus débitos, e o Banco Ultramarino tomou-lhes conta da propriedade. á semelhança do que fez a outros agricultôres, e com as propriedades assim adquiridas constituiu a Companhia de Cazengo.

Desgostosos e vendo que não conseguiam triunfar em Cazengo, foram para Ambaca e fundaram nova propriedade no sitio denomi-

nado Capichongo. No meu tempo era uma das melhores propriedades d'aquella região: tinha muitas dezenas d'hectares de sisal, café, palmeiras, arvores de fructo, bananeiras, ananazes, arroz, etc. O sisal era preparado n'uma grande officina, donde saiam cordas e outros artefactos d'aquella fibra.

Francisco Molares voltou para a Galiza; Joaquim e Manuel nunca mais deixaram Angola, desde que lá tinham desembarcado. "Quem come "cola" fica em Angola" — diz-se nas regiões angolanas onde existe essa preciosa arvore — e os Molares têl-a-hiam decerto, comido muitas vezes quando viviam em Cazengo...

"Então, senhor Molares — perguntei ao Joaquim — nunca mais voltou á sua terra nem pensa em lá voltar?"

"Não; para quê? A gente do meu tempo desapareceu ou está velha, como eu; as raparigas são já avós ou morreram; os novos não me conhecem e dos velhos poucos se lembram de mim".

Palavras semelhantes ouvi muitas vezes a outros velhos colonos, gastos pelos anos d'Africa, que nunca mais voltaram á Metropole.

Manuel tambem viera para a Africa ha muitos anos. Chegára a Lisboa "no dia em que "foi a enterrar" Sua Magestade el-rei D. Luiz" disse-me e, desembarcara em Angola nos primeiros dias de 1890, com pouco mais de vinte anos d'idade. Tinham decorrido trinta e três anos!

Não era costume n'aquelle tempo os colonos virem para a Africa já casados e aqueles que o eram deixavam suas mulheres na Metropole, á maneira dos que iam para o Brasil. O resultado era o cruzamento com as mulheres indigenas e o grande numero de mestiços que se encontram nas roças colonias, principalmente em Angola. Os velhos Molares não fugiram á regra e foram bons povoadores de Ambaca e Cazengo. De resto, a descendencia, não os preocupava muito: creados á solta, quando tinham idade de se governar deixavam expontaneamente a casa paterna, como os pintos abandonam a galinha depois de crescidos.

Dormi pesadamente n'essa noite, cansado por um dia de marcha longa e forçada. Ao romper da manhã acordei ao som da sineta para a formatura do pessoal, por entre as fumas de um denso nevoeiro. Passados alguns minutos, porém, ouvi Joaquim Molares gritar, a ralar, a ameaçar, emquanto Manuel ia chamando os indigenas pelos seus nomes, alguns dos quaes verdadeiramente conhecidos: Nhangá, Burica, Pimpão, Pé-duro,

Bumba, etc.

Julgando tratar-se d'um conflito corria á varanda e vi então um espectáculo que, nada tendo de grandioso, ainda hoje reproduzo com toda a nitidez. Joaquim, com um pau na mão, verdadeiramente alucinado, saltava d'um lado para o outro, invectivando os indigenas, os quaes permaneciam impassiveis na forma como se estivessem já acostumados áquella scena, puxava um, empurrava outro, dava ordens aos capatazes, tudo no meio de um alarido medonho. —

Por fim, dispersado o pessoal para os seus serviços, os irmãos Molares vieram ter comigo, com ar cansado, como o de um general que tivesse perdido uma batalha, a dizer da indisciplina do preto, que tudo ia pior dia a dia. "Mas, senhores Molares, que foi isto, que tinham hoje os pretos?" "Oh! Todolos dias isto, senhor, todolos dias isto!" disseram-me êes absolutamente resignados.

Velhos amigos Molares, como recordo com saudade os dias felizes que por vezes passei convosco na vossa propriedade de Capichongo! Com que entusiasmo falaveis das vossas culturas, do vosso commercio de sisal, do vosso labôr de meio seculo em Angola, da vossa nova propriedade de Caxamba, que tanto desejavaes desenvolver!

Morreram ambos, dois ou três anos depois que deixei aquellas terras. E morreram felizes, porque não chegaram a vêr os dias tristes, o abismo em que Angola caiu.

I V

Atravessamos o caudaloso Cuanza pelas alturas do Dondo, a caminho de Libôlo, deixando para o norte as regiões de Cazengo e Ambaca, ou sigâmos de vapôr até Novo-Redondo ou até Porto-Amboim, povoação antiga, denomina outrora Benguela-a-Velha, e penetremos no distrito do Cuanza-Sul.

A uns cem quilometros, aproximadamente, da costa, na zona montanhosa, existe outra mancha da grande floresta equatorial, semelhante á de Cazengo, a que está mais ao sul, em Angola: é a região do Amboim.

E' talvez ainda mais montanhosa do que a de Cazengo, com encostas mais declivosas e vales mais profundos; e a floresta, posto que tambem luxuriante, é menos vigorosa mas mais elegante. N'um paiz onde as belézas fossem scientifica e artisticamente apreciadas, o Amboim ha muito que seria um parque nacional, um specimem da grande floresta equatorial, um resto de arborêdo primitivo, cada vez mais raro por toda a parte. A ambição humana destruiu o que havia de belo, de grande, de tipico n'aquella região edenica.

Para explorar o café e a palmeira do dendem, que ali vegetam espontaneamente, não hesitaram os agricultores, sob os olhos complacentes do Estado, em derrubar os seus arvorêdos, umas vezes totalmente, outras deixando apenas de pé as arvores mais apropriadas a sombrear os cafeeiros.

A Naturêsa, porém, encarregou-se de castigar aqueles que tão desastrosamente destruíram a encantadora floresta na mira de colher alguns proventos do seu producto: com o desaparecimento do arvorêdo o clima alterou-se, as encostas desnudaram-se e empobreceram por efeito das chuvas que arrastavam livremente a terra aravel, e consequentemente vieram as doenças atacar os cafeeiros, principal fonte de riquêsa da região.

Quando eu andei pelo Amboim (Junho-Julho de 1923) ainda havia muita floresta, apesar dos cortes intensos já feitos em muitos pontos. A destruição acentuou-se posteriormente e hoje, segundo me dizem, a região está quasi desarborisada e pouco resta dos seus antigos e formosos povoamentos.

Era a estação sêca ou ão cacimbo e no Amboim fazia frio intenso e um cacimbo cerraão o que se prolongava por dias seguidos. A tarde vinha o sol com frequencia rompêr o nevoeiro, e então a floresta aparecia em manchas por entre nuvens semi-desfeitas com as frentes cobertas de gotas d'agua scintilantes.

A occupação do Amboim pela nossa colonização é obra moderna, incomparavelmente mais moderna do que a de Cazengo e Ambaca, que se conta por séculos. Os primeiros colonos do Amboim foram dois portuguezes, Ernesto da Silva Melo e Antonio do Couto. Melo chegou primeiro, no alvorecer do seculo actual a negociar com indigena e por lá ficou até hoje, pois vejo pelos anuarios que ainda existe. O outro pioneiro, Antonio do Couto, tambem anda por lá, mas não o conheci pessoalmente porque nesse tempo estava a gosar umas ferias na Metropole.

Em 1902, quando as nossas tropas pretenderam ocupar Amboim, foi Ernesto Melo quem lhes indicou o sitio mais adquado para o estabelecimento de um fortim: o monte Capir, cêca de 1.200 metros d'altitude, o mais alto d'aquella região. Poucos anos depois o posto militar foi extinto e os unicos brancos que ficaram no Amboim foram Ernesto Melo e Antonio Couto, embora em locaes afastados um do outro.

Um dia, n'uma contenda com os indigenas, Melo ficou prisioneiro do soba da região. Assim se conservou durante alguns anos, e como não mais houvesse noticias d'êlé, toda a gente o julgou morto, e caiu no esquecimento. Nas garras do seba, Melo sofreu as maiores inclemencias: foi servo, carregador da machila régia, subiu ás palmeiras a colher os cachos de

dendem para a cosinha do seu senhor e não poucas vezes era maltratado.

Anos depois as nossas tropas submeteram o Amboim. Ernesto Melo foi libertado. A região começou a povoar-se de europeus, que iam para ali atraídos pela existencia do café, da palmeira e das madeiras preciosas. Como êles, Melo fez-se tambem agricultôr e um dos mais importantes.

A sua roça Açoriana, bem como a Bela-Vista, de Antonio Couto, eram ás melhores no tempo em que visitei aquella região.

Em 1917 estalou repentinamente a tragica revolta dos Seles e Amboim, na qual foram massacrados perto de duzentos colonos e mais tragica ainda foi a sua repressão. Ernesto Melo — o Melo de Capir, como era mais conhecido — foi gravemente ferido pelos indigenas, apesar do seu convívio com eles durante tantos anos e ter larga descendencia mestiça. Acusaram-n'o de ter sido o introductor dos brancos n'aquella terra até essa época, pertença unica da sua roça. Salvou-se e voltou para o Amboim, onde o fui encontrar seis anos depois.

Era n'esse tempo importante proprietario e levou-me a percorrer as suas plantações de café, a vêr a sua habitação, armazens, etc. Como eu lhe gabava o valôr das suas propriedades, que eram de facto muito valiosas, o nosso Melo repetia a cada momento, parando na minha frente, com o seu sotaque de açoriano, que ainda conservava apesar de tantos anos de ausencia da sua terra: "tudo isto foi ganho com o suor de "mê" rosto"!

Treze anos vão decorridos e ainda hoje revêjo, como se por lá andasse, a bela região do Amboim, com as suas montanhas e os seus frondosos arvorêdos, as fazendas, ou roças, como são mais conhecidas, cheias de café em flôr, a trepar pelas encostas, com as suas casas de habitação muito brancas, armazens e terreiros de secagem, o nevoeiro cerrado de tantos dias, os formosos quadros de paisagem, cheios de vida, que o sol no ocaso tingia de côres inusitadas...

Roças do Amboim — Nova Lousã, onde conheci o seu proprietario sr. Martinó, roça que tanto me lembrou peio acidentado do terreno e pela grandêsa da sua floresta trechos do parque da Pena e de Monserrate, Bela Vista, cujo nome está em relação com o largo panorama que de lá disfruta, roças do Eugelo, onde admirei pela primeira vez a magnificencia d'aquella região, e tantas outras — o que serieis se um bocadinho d'Arte acompanhasse os vossos destinos, aliando o util ao agradável, transformando-vos em ricos e floridos jardins!

Inhambane, Janeiro 1937.

ANTONIO FIGUEIREDO GOMES DE SOUZA

O Culto dos Indígenas no Sul de Angola e alguns usos e costumes

(ESPECIAL)

SALUSTIANO CORREIA
Tenente Coronel



CONTINUEMOS o que sob este título, o ilustrado Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, se dignou publicar na sua quarta série de janeiro a junho do corrente ano, não tendo nós palavras bastantes e de sentido mais elevado, para enaltecer a grandeza da obra que esta nobilíssima Sociedade está realizando em prol

das duas patrias irmãs — pelo sangue, cujos fins ás duas interessam sobremaneira; continuemos pois.

Os gambos, teem em uma grande veneração uma montanha da sua terra, denominada **Tongo-Tongo**.

Os **Ban-Kumbi** e os **Ba-Nhaneca** dizem indistintamente, quando alguém morre: foi o Sol que o chamou; ou foi Deus que o chamou.

O Sol, é-**Kumbi**, nome que parece referir-se á fôrma circular desse astro; é como a manifestação visível desse Deus.

Perguntando eu, um dia a um **Mun-Kumbi** que fôrma ou figura tinha Deus, respondeu-me, que a fôrma humana. Perguntando onde estava, respondeu-me que em toda a parte, que via tudo o que nós fazíamos, e sabia tudo o que nos pensavamos.

Ukukho-Kukho entre os zulus, significa o primeiro homem, o Adão Zulo.

Conhecemos também aquele termo que se pronuncia do mesmo modo entre os povos do sul de Angola, ou ainda **mussungo-sungu**, cuja significação é a mesma, e quer dizer simplesmente “muito velho” ou “muito antigo”, e por fôrma alguma Deus creador, ou mesmo Adão; quer branco ou preto. O que ele quer dizer neste caso, naturalmente, é o chefe mais antigo da tribo ou o fundador da nação.

O fetichismo, é simplesmente o magismo, e não constitue uma verdadeira fôrma de religião, antes é a negação dela. O negro supõe que a posse dum fetiche, representando um espirito lhe permite de governar á sua vontade esse espirito. Ele bate no seu fetiche se as suas orações não são atêndidas. Assim não se pôde dar o nome de idolo ao fetiche.

O fetiche pôde mesmo não representar a figura humana; qualquer objecto serve para isso, até mesmo uma espiga de milho.

Acima do fetichismo, (de que nenhuma raça de homens se acha ainda desembaraçada), a fôrma religiosa que se lhe segue, é a que se poderia chamar **totemismo** ou adoração de tudo: arvores, pedras, rios, montanhas, corpos celestes, e animais; fôrma em que os deuses superiores não podem mais ser forçados a obrar por magia. No entretanto esses deuses não são considerados ainda como creadores, não recompensam a virtude nem punem o vicio, e habitam a terra.

No fetichismo as divindades não são humanas; no **totemismo**, são sobre-humanas, e só se tornam sobrenaturais em um estado de religião mais avançado.

Depois do **totemismo** vem o **shamanismo**, especie de religião em que aparecem os extases, produzidos á força de excitação e em que os individuos pretendem que nesse estado, o espirito, em nome de quem elles falam, os inspira e lhes permite pronunciar oráculos e pre-dizer o futuro.

O **shamanismo**, originario da Sibéria, constitui uma verdadeira fase religiosa; não tem nenhum dogma, nem é um sistema transmissivo de geração em geração; antes parece tomar a sua origem em cada individuo separadamente. (Wrangel).

Os **Ban-Kumbi** e os **Ba-Nhaneca**, partilham destas diferentes fôrmas de religião. Ao passo que crêem na existencia de um Deus, atribuem quasi o mesmo poder, ao Sol, é-**Kumbi**, veneram o **Dol Geroa**, a montanna **Tongo-Tongo**, são dados aos extases e crêem nos vaticínios dos adivinhos mediante a intercessão dos espiritos.

A idolatria é a forma religiosa imediatamente superior ao **shamanismo**, por isso que ella se não encontra entre povo algum collocado no mais baixo da escala social. Pôde dizer-se em geral que o maior numero dos povos selvagens, não tem idolos. O que se tem tomado por idolos, são quasi sempre fetiches.

Os viajantes têm algumas vezes exprimido opiniões, que evidentemente não repousam cousa alguma.

Reconhece-se porém que em geral o sentimento moral, é muito pouco desenvolvido entre os selvagens.

Os **Ba-Nhaneca** e os **Ba-Kumbi** não estão tão atrasados em moral, que não tenham uma certa consciencia do bem e do mal, e que não respeitem o direito alheio. Eles têm o termo direito **xiabiuca** que empregam não só para designar um objecto de fôrma direita mas tambem para qualificar um procedimento justo.

Muitas vezes em questões que eu tinha com eles, e em que a razão estava do meu lado, apenas se convenciam disto, diziam: **xiabiuca**, está direito; isto é: conforme a lei ou razão superior a que todos nos devemos submeter. E o que é ainda mais notavel, de quem falta á sua palavra, ou é pouco fiel aos seus contratos, dizem, como nós: tem duas palavras, **un'o non-daca bari**.

Ninguém dirá que aqui não se manifesta já um certo sentimento de honra. O juramento é tambem disso uma prova.

Do ladrão dizem: é como o lôbo; e as suas leis permitem-lhes que o matem em flagrante delito.

Não posso asseverar se eles têm o termo "remorso". Lembra-nos porém que eles teem o termo **curibela**, arrependimento, que já é uma aproximação; assim como **xizambango**, alheio; **mutimamua**, bondade ou bom coração; **canquenda**, compaixão ou pênna; **oxari** generosidade ou liberalidade, etc., etc.

A castidade não é tambem entre eles uma virtude, mas ás donzelas é imposta até á idade nubil sob penas terriveis; e das mulheres casadas pôde dizer-se o mesmo que um escritor americano disse das do Tahiti.

Entre os **Ba-Nhaneca**, e **Ba-Kumbi**, a terra é considerada propriedade do Hamba. Cultiva-a porém, quem quer e por todo o tempo que quer, sem onus ou dependencia de licença, ou doutra qualquer formalidade. O individuo que se acha na posse dum terreno pôde transferir o seu direito a outro, sem contudo dar a esse acto o character de venda.

Alguma gente pensa que o selvagem tem a vantagem de gozar mais liberdade pessoal do que o homem civilizado; é um profundo erro. A vida quotidiana do selvagem é regulada por uma quantidade de costumes, privilegios e proibições absurdas e frequentemente muito incômodas, sendo as proibições applicadas ás mulheres e os privilegios aos homens.

O que eu observei no Sul de Angola, é que se alguns costumes daqueles povos são menos razoaveis, outros se justificam perfeitamente; e quanto aos que podemos considerar mais ou menos absurdos, não nos faltam por cá outros que lhes correspondem, e bem menos justificaveis. Vamos lá com Deus.

— A familia não pôde, decerto, desde o principio, fornecer o tipo do primeiro governo, quere manorquico ou outro. Mas desde que ela verdadeiramente se constituiu, desde que formou o vinculo que reune o homem em sociedade, não podia deixar de estender a esta, o seu regimen, de dar aos governos o seu character, primeiro sob a fôrma patriarchal depois sob a fôrma monárquica.

Por muito imperfeito que seja ainda hoje o estado da familia, entre os selvagens, e ele não o é tanto, em geral, já existe aí um chefe que se faz obedecer da mulher e dos filhos, e cuja autoridade é incontestavel e incontestada.

Nós tivemos no interior do Sul de Angola, o quadro das diversas fases porque se opéra a transição do que se pôde chamar o regimen da familia para a primeira fôrma politica do governo.

No mais baixo da escala aparecem os agrupamentos de familias, cada uma obdecendo ao seu chefe, mas unidas por um interesse comum, quasi sempre o da defesa, e guiando-se no que diz respeito aos interesses da tribu, pelos conselhos dos mais velhos, ou dos mais influentes. E' desta especie o governo que se acha representado pelos **Ba-Kankala**, em ultimo lugar. Os **Ba-Ximba**, tambem nomadas, mas já pastores, estão acima destes, e os **Ban-Dongoma** e os **Ba-Hinga**, vizinhos dos **Ba-Kumbi**, pastores e agricultores, são os mais adiantados do mesmo grupo. Superiormente aparecem os povos entre os quais um só chefe em uns casos, hereditario, em outros não, começa a ser obedecido por toda a tribu; tais são os **Ba-Cubale**. Depois é que se encontram os povos constituindo verdadeiros estados, ou formando as primeiras sociedades politicas; os seus chefes formam uma classe separada, a dos **Hambas**, e exercem um poder absoluto. A fôrma de governo entre estes, é efectivamente a monarquia.

Por esta amostra, se vê que o selvagem preto, passa pelos mesmos estados, como passou o selvagem branco.

Outubro de 1936.

Colaboração e Autonomia

Por ISMAEL COSTA
Antigo Colono e Publicista

(ESPECIAL)



EMOS, como é notório entre nós, uma rica e substanciosa literatura, e, contudo, aparece de vez em quando quem, marcando em letras, tome colaborar por servir sem pestanejar, e autonomia por independência ou emancipação completa.

Este hábito de torcer o sentido das palavras é muito vulgar entre os que, por comodismo, não estudam ou gostam ou concordam sempre com quem está por cima, nem que isso os comprometa.

Colaborar é trabalhar com outro para um certo fim, e não obedecer-lhe cegamente como muita gente erradamente pensa. Servir é uma coisa, e colaborar é outra bem diferente.

Assim, aquêlê Fulano que com Cicrano colabore para que determinado govêrno seja o melhor possível, tem tanto direito ou dever de seguir êste ou aquêlê rumo, como Cicrano tem.

Colaboração de poucos ou muitos é, enfim, agir como se fôsem um só homem que tanto pôde pensar em fazer determinada coisa como acto contínuo discordar de si próprio e fazer outra melhor.

Colaborar pode ser, pois, discordar, assim como concordar pode não ser colaborar para o melhor que há em vista conseguir.

De flagrante exemplo é o caso das obras do Limpopo. Colaboradores moçambicanos do Govêrno entenderam, e venceram por maioria, que nenhuma outra obra de rega se devia sugerir porque o Govêrno só pretendia ouvir sobre essa, contra a opinião de uma minoria insignificante, discordante por entender que sendo o fim do Govêrno atingir a valorização do Sul pela rega, esta devia principiar pelos pontos mais proximos da capital, mais economicos e já povoados, — Umbeluzi e Incomati.

Mas o Govêrno, depois certamente de inquietação de muitos meses, resultante da acção dos colaboradores de obediência cega, resolveu concordar com a opinião da minoria discordante, ordenando que se estudasse já a rega das citadas terras. Com êste caso de

colaboração que compromete, muitos há infelizmente, da responsabilidade de pessoas que passam por superiores e julgam ser colaboradores do govêrno, de enorme grandeza.

Com a palavra autonomia, quanto à Colônia, há também quem labore em êrro grave, torcendo-lhe a verdadeira definição, só para obedecer à opinião de êste ou daquele maioral, embora o Acto Colonial a admita e a garanta.

Autonomia é um govêrno de responsabilidade, dependente do Poder Central. De govêrno independente ou emancipação completa afasta-se muito por ser dependente. E de govêrno centralizador apenas difere nestes dois pontos: controle sômente ao mais importante, e não como hoje exercido sôbre actos sem importancia como a simples nomeação de um amanuense ou crédito de alguns escudos; e govêrno de responsabilidade representado pela Colônia e não sômente pela Metropole por meio de um seu delegado, evitando assim o inconveniente de o delegado poder não compreender bem a harmonia de interêsses que deve haver entre Metrôpole e Colônia, e ainda o de levar esta contra aquela em todos os actos, que lhe desagradem, da responsabilidade do delegado.

O sistema centralizador quanto a Moçambique, hoje, não convém politicamente à Metrôpole, nem administrativamente à Colônia, porque se dum lado impede o desenvolvimento desta e atrofia ou atrasa a capacidade politica dos seus elementos de trabalho, de outro fomenta adversários da Mãe-Pátria com a politica de sua responsabilidade directa.

Quem se dedicar a valer ao estudo dos prós e contras de autonomia encarada sob o aspecto nacional, verá portanto, que esta só vantagens traz à Mãe-Pátria.

Não pensa assim o seu adversário intransigente, que nem ao menos repara na urgente necessidade que temos de mostrar ao mundo de olhos espetados em nós que não somos sômente de direito o mais antigo país colonial, mas de facto na obra que apresentamos aqui e acolá em colônias chegadas já pelo seu desenvolvimento à sua maioridade.

Acaso não provam maioridade da Colônia a sua situação orçamental e cambial desafogada, a sua exportação de valor igual à sexta

A Colônia Portuguêsa de Xangai

Por CARLOS JACINTO MACHADO

Advogado

(ESPECIAL)



QUIZ, há anos, escrever a história da colônia portuguêsã de Xangai desde o seu início, e sobre o assunto, que se me afigurava de importancia e interesse para todos, tive uma conversa com o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Brito, Jr., então Consul General de Portugal nesta cidade. Este funcionario, por tantos titulos ilustre, achou ótimo o meu propósito e com inesquecível gentileza pôs à minha disposição os arquivos do nosso Consulado, prestando-me assim o seu valioso concurso. Infelizmente, porém, verifiquei com grande pesar a não-existencia de livros velhos, que eram os que eu desejava compulsar, e este facto, motivado por circunstancias anteriôres à gerência do Sr. Dr. Paula Brito, muito contribuiu para que fôsse pósta de lado a minha idéa primitiva. Todavia, coleccionei uns apontamentos de coisas relativamente modernas, e estes apontamentos vou aqui dar aos leitores do excelente Bo-

letim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, certo como estou de que os ajudarão a conhecer a vida dos portugueses residentes neste centro comercial, um dos maiores do mundo.

O "North China Daily News", importante diario inglês, que tem uma larga circulação, celebrando há tempos o seu 50º aniversário, houve por bem referir-se em termos encomiásticos aos tipógrafos portugueses, a cujo cargo estiveram a composição e impressão das suas primeiras páginas, e esta referência digna, é, a breve trêcho, o ponto de partida por mim escolhido, visto que pouco ou nada se sabe de concreto com relação ao que anteriormente se passou aqui no seio da colônia portuguêsã.

Remônto-me ao ano de 1870. Eram então 104 os portugueses domiciliados em Xangai. Na sua grande maioria tinham vindo de Macau, à procura de meios de subsistência, e por cá se deixaram ficar, constituindo familia. Com o decorrer do tempo a nossa população foi aumentando no "Settlement" Internacional, registrando-se:

parte do da Metrópole, a sua cidade que, nesta, só tem duas superiores em tamanho e não talvez, em hygiene, e o seu primeiro recrutamento militar de brancos que mostrou apenas 1 1/2 % de analfabetos, sendo 30 % com anos de frequencia de Liceu?

Que será preciso mais para que Moçambique prove, para efeito de autonomia, contar já 21 anos de idade? **Que case primeiro com alguém**, como sucede a camponios abastadas de Trás-os-Montes, lá dos confins do inferno onde nem o mar chega, como há dias fôra referido numa conferência feita nesta cidade, em opposição àqueles que Camilo cita, do Minho, e que sendo emancipados novos, para poderem trabalhar no Ultramar, têm sido dos melhores filhos de Portugal?

Nestas questões de tempo não ha nada mais certo do que a opinião das mulheres. Quantas vezes procuro convencê-las de que sou ainda de meia idade, de média idade; e elas sorrindo, atalham sempre dizendo: sim, sim; acredito; da **idade média**...

Se não basta, pois, o que se disse já a favor da certidão de maioridade da Colônia, atente-se ao menos, urgentemente que já não é cedo, na prova simples mas irrefutável das nossas inumeras compatriotas espalhadas por essa Colônia fóra, que dimana da certidão de idade de seus netinhos, futuros pais da quarta geração de... colonos.

Lourenço Marques, Maio 1936.

ISMAEL DA COSTA

em 1875	168	personas
" 1880	225	"
" 1885	457	"
" 1890	564	"
" 1895	731	"
" 1900	987	"
" 1905	1.331	"
" 1910	1.495	"
" 1915	1.323	"
" 1920	1.301	"
" 1925	1.391	"
" 1930	1.332	"

Em outubro de 1935 ocupavamos o sétimo lugar com 1.020 pessoas (homens, mulheres e crianças), sendo de 1.120.860 a população chinesa e de 38.915 a população estrangeira.

Pôde dizer-se que em Shanghai vivem actualmente uns três mil portugueses, visto que nos últimos anos muitos dos nossos mudaram a sua residência para a Concessão Francêsa, por razões económicas e outras, tendo alguns passado a viver em território chinês nos arredores do "Settlement" Internacional.

Como se vê, é enorme a população desta cidade, cujo progresso é comparável com o do Japão na sua generalidade, sendo a analogia perfeita sob mais de um aspecto. Ilustrarei este meu ponto de vista.

Há 50 anos as terras nipónicas, que o grande Wenceslau de Moraes tão estremecidamente amou, pouco tinham que as pudesse impôr à admiração das potências estrangeiras, comercialmente e industrialmente falando. Impunham-se apenas pela sua beleza natural, e quiça pela lhaneza secular do seu aguerrido povo.

Hoje, volvido meio século, são essas belas terras nipónicas a última palavra em progresso, facto este, incontestável, que a história regista como assombroso, sendo certo que só esforços hercúleos, extraordinários, de uma colectividade laboriosa, são capazes de produzir em tão curto espaço de tempo tamanha transformação.

Assim também é Xangai neste momento, apesar das vicissitudes económicas por que tem passado, um centro, comercial importantíssimo, ocupando na esfera terrestre um lugar de honra.

Há meio século só pequenos edificios de uma architectura mixta, bastante duvidosa, ornavam aqui e acolá o seu vasto sólo lodoso e doentio, amiúde açotado cruelmente pelos gelidos ventos do norte. A néve espessa que outrora, em muitos meses do ano, vestia esta cidade de branco, quãse que se não vê hoje. Derreteram-na em parte as indústrias fabris

e a movimentação constante e activissima da população, e a vida que agora se observa contrasta com a dos velhos tempos, em que a indolencia era a ordem do dia.

O progresso registado em Xangai nas últimas cinco décadas anda de mãos dadas com o admirável progresso que tornou grande e respeitado o povo japonês. E deste modo se explica, a meu vêr, a permanência neste meio de individuos de mais de 50 nacionalidades, cujo número tende a aumentar de ano para ano.

Historiemos um pouco, a titulo de divaga-

Foi em 17 de Novembro de 1843, de harmonia com as provisões do tratado de Nanking, de 29 de Agosto de 1843, Xangai abriu as suas portas ao comércio estrangeiro. Até então labutava-se nestas paragens com pouca ou nenhuma tranquillidade de espirito, visto que os chineses estavam sendo constantemente prejudicados, tanto por elementos rebeldes como por imposições arbitrarias. Os europeus, por sua vez, formavam uma comunidade, um núcleo, sem força de resistencia ou valor politico. A situação, porém, foi melhorando ainda que vagarosamente, gerando uma atmosfera de poderio e autoridade, sendo licito reconhecer que, sem o auxilio dos estrangeiros, os chineses não iriam além de pequenos melhoramentos, já por falta de recursos financeiros, já por escassez de iniciativas, tanto mais que as grandes transformações se não casam ordinariamente com a psicologia do orientál, supersticioso e conservativo, cujo carácter é influenciado pela tradição.

Mas porque foi que aqui vieram os primeiros portugueses?

Nós fomos sempre, através dos tempos, amigos da aventura... Macau, com a sua pequena área, com o seu pequeno comércio, cidade com um passado gloriOSO, mas com recursos financeiros incompatíveis com as necessidades da sua população, branca, não era terra para gente não-burocrática. Os empregos públicos eram escassos, e destinavam-se, com raras excepções, a três dúzias de protegidos. Quãse todo o funcionalismo vinha da metrópole, e, assim, muitos filhos de Macau viram na emigração para Hongkong, Cantão, Xangai, Manila, etc., o seu salvamento, a única forma de não morrerem, mais dia menos dia, à fome. E emigraram, tendo por bússola a esperança de dias melhores fóra da sua pátria, longe dos seus, no meio de gente estranha impelidos por circunstancias de força maior, qual delas mais ponderosa.

Diz a história que portugueses oriundos de Macau foram dos primeiros que aqui assen-

taram arraiáis, indiferêntes ao clima e às condições muito especiais do meio. A princípio lutaram com grandes dificuldades, mas nada conseguiu arreda-los do caminho que haviam traçado; nada conseguiu apagar-lhes o ardor da aventura e destruir-lhes na alma a convicção de que encontrariam na terra o que o seu solo natal lhes negara. A imprensa periódica inglesa, as tipografias e outros mistérios humildes atraíram para si as energias dos nossos jovens de então. Gradualmente viram os filhos da grande Albion que podiam contar com a lialdade e "savoir faire" dos macaenses, e deram-lhes de braços abertos a preferência nos emprêgos, induzindo os outros a seguirem-lhes neste particular o bom exemplo.

Os retumbantes êxitos alcançados por alguns comerciantes enérgicos nas suas empresas foram a causa principal, senão única, da abertura de muitos escritórios em Xangai, os quais vieram proporcionar meios de subsistência a um crescente número de filhos de Macau, engrossando deste modo as fileiras dos expatriados da nossa nacionalidade.

Durante muitos anos foi grande a nossa influencia, mas poucos, muito poucos, conseguiram com o seu trabalho fazer fortuna. Pôde dizer-se que somos uma colônia pobre, — pobre mas patriótica.

Mais de uma vez, dezênas de vezes, temos dado inequívocas provas do nosso patriotismo, bastando atentar no papel que tem desempenhado a companhia portuguesa de voluntários "Coronel Mesquita" (o herói do Passaleão), cuja história vou relatar resumidamente, reproduzindo aqui parte do que escrevi novtra revista, a saber:

"Mantêm as camaras municipais do "Settlement" e da Concessão Francêsa forças de policia, muito dispendiosas, cuja missão principal é conservar a ordem nesta cidade cosmopolita onde vivem milhares de estrangeiros e cerca de dois milhões de chineses, mas essas forças têm ficado sempre muito aquém das exigências do vasto território entregue à sua guarda.

Formaram-se, por isso, várias companhias de voluntários, mais ou menos representativas das diversas nacionalidades, de que se compõe a população internacional de Xangai.

Foi em 1906, a 26 de Fevereiro, como reza a história, que nós-outros, portugueses, nos incorporámos como uma unidade do Corpo de Voluntários.

Em fins de 1905 os srs. Hermenegildo Pereira, Joaquim Fausto das Chagas, Fernando José de Almeida, José Maria Placé dos Remedios, João Nolasco da Silva e Filomeno Matos con-

ceberam a feliz e patriótica idéa da formação de uma companhia exclusivamente portugêsa. Esta idéa, porém, foi encarada com pessimismo e má vontade pelas autoridades municipais de então, que, diga-se de passagem, pouco amigas eram da nossa colônia. Impuzeram-nos condições rigorosas; mas semelhantes condições que teriam, sem dúvida, inquietado espiritos menos decididos, não desanimaram os organizadores do movimento patriótico, pelo qual se pretendia criar nesta terra uma unidade militar com carácter nacional. Antes, pelo contrário.

Pensaram os vereadores da Camara Municipal que os portugêses se não curvariam ás suas exigências absurdas, mas enganaram-se, porque Hermenegildo Pereira e os seus colêgas não hesitaram em aceitar sem discussão as condições que lhes haviam sido impostas, certos como estavam de que seriam mais tarde modificadas.

Pouco depois era nomeado primeiro comandante da companhia portugêsa, com a graduação de tenente, o Sr. João Nolasco da Silva. Este oficial, que havia servido no nosso exército, em Portugal e Macau, possuia vastos conhecimentos da arma de infantaria, que foram bem aproveitados durante o seu comando. O Sr. Nolasco foi promovido ao posto de capitão, mantendo-se à tresta dos nossos voluntários até 1914, data em que se retirou de Xangai.

Em Julho de 1906 publicou a Camara Municipal uma ordem de serviço, pela qual era nomeado oficial o Sr. Basilio Carion.

Desde a formação da companhia portugêsa até 1908 eram os nossos voluntários comandados "à inglesa"; as disposições ou ordenanças do exército britânico eram-nos applicáveis; mas de então para cá tem-se feito constante uso da nossa lingua e táctica, facto este que, aliado à adopção do uniforme português, fêz do nosso voluntário um soldado da pátria. — como os organizadores da companhia queriam que ele fosse.

O terceiro oficial nomeado pela Camara Municipal foi o Sr. Ernesto dos Santos Carneiro, meu saudoso amigo, ora falecido que prestou à nossa colônia relevantes serviços, sendo a sua memória reverenciada por quantos o conheceram.

A 30 de Abril de 1907 tinhamos apenas um atirador especial na pessoa do Sr. Adelino F. Diniz Junior; porém, um ano depois, eram já cinco os atiradores especiais e dezasseis os de primeira classe. A pontaria dos nossos foi melhorando muito satisfactoriamente, e, em parte devido à introdução da espingarda Lee-Enfield, findámos o ano de 1923 com 33 atiradores especiais e 23 atiradores de primeira

classe, constituindo estes números um "record".

Com um "team" compôsto do cabo Adolfo Colaço e dos soldados F. A. d'Almeida e J. M. Diniz ganhámos com facilidade o "American Cup", pela primeira vez disputado, e em 1919/121 a companhia portuguesa teve a alta distinção de reter o "Inter Company Team Challenge Shield", ganhando em 1920 o "British Cup", e no ano seguinte o "Barnes Cup".

Em eficiencia geral têm os nossos vountários figurado entre as primeiras três unidades do Côrpo; e quando em 1922 foi criado "General Efficiency Shield" coube-nos a nós o primeiro lugar, depois de nos termos distinguido com geral aplauso nas cinco provas de uma difficilima competição engendrada pelo Coronel do Exercito Inglês, Marr Johnson, ora falecido.

Em 1911, a 4 de Novembro, foi mobilizada a nossa companhia, sendo-lhe confiado um pôsto estratégico de toda a importancia. Pela fôrma como os nossos se houveram durante a critica eemrgência, foi muito cumprimentado pelo comando geral o Capitão João Nolasco da Silva, sendo tecidos rasgados encómlos aos seus subalternos assim como às praças da sua direcção.

Pela segunda vez foram os voluntários portugueses mcobilizados em Julho de 1913, sendo então comandante da companhia o Capitão Antonio Maria Diniz, hoje major. Este oficial foi o sucessor do Sr. Nolasco, e, com grande sacrificio do seu tempo, prestou excelentes serviços de 1914 a 1926, servindo com ele os tenentes Daniel Guterres e Lino da Costa, este ultimo já falecido, os quais muito contribuíram tambem com os seus esforços para o bom nome e eficiencia dos seus subordinados.

Em Dezembro de 1909 tiveram os nossos a agradável visita do General José Joaquim Machado, que inequivocamente manifestou à companhia portuguesa o seu muito apreço. Outro official superior que, anos depois, aqui esteve e se referiu em termos elogiósos aos voluntários portugueses, foi o General Manuel de Oliveira Gomes da Costa, em 1923, tendo feito outro tanto, em diferentes datas, os Governadores de Macau, José Carlos da Maia,

brutalmente assassinado em Lisboa, há anos, e Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, que está prestando serviços no Ministerio das Colónias.

Em 27 e 28 de Fevereiro de 1926 comemorouse com grande pompa o vigesimo aniversario de fundação da companhia portuguesa, realizando-se neste "Settlement" grandiosos festejos, a que assistiram muitas individualidades de destaque. Por essa ocasião comandava os nossos voluntários o excelente official que é o meu amigo Fernando Leitão, um dos actuais majôres do Côrpo, em serviço activo; os outros officiais eram os Srs. Manuel Leitão, Lino da Costa e Matias de Campos. O primeiro destes três é quem comanda actualmente a companhia, a contento de todos, ajudando-o com reconhecida competência os tenentes Próspero da Costa, Joaquim Colaço e Frederico Guterres, tendo este último sido promovido a official com a passagem à reserva do tenente Augusto de Souza Braga.

Os voluntários portugueses tornaram a prestar relevantes serviços à população do "Settlement" em 1932, por ocasião do conflito sino-japonês, tendo sido entregues à sua guarda postos estratégicos de grande importancia, onde se houverem com galhardia e bravura".

Graças aos louváveis esforços de SS. Exas. os Srs. Drs. João de Bianchi e Francisco de Paula Brito Junior, há anos dignos Ministro de Portugal na China e Consul Geral em Xangai (1) respectivamente, foi a bandeira da Companhia Portuguesa condecorada, não há muito, pelo nosso Governo, com as insignias do officialato da Ordem Militar de Cristo, — honra esta sem dúvida bem merecida, pois os voluntários portugueses têm prestado relevantes serviços à Pátria, contribuindo com os seus esforços para o levantamento do prestigio de Portugal na China.

Há dias celebrou a briôsa Companhia "Coronel Mesquita" o 30º aniversario da sua fundação, fechando com uma "soirée" no Clube Lusitano trinta anos de labôres constantes e de puro patriotismo.

N. da. R.

(1) — Actualmente no Rio de Janeiro.

(CONTINUA)

Xangai, Março de 1936.

CARLOS JACINTO MACHADO

Gilberto Freyre - Casa Grande e Senzala

Pelo PADRE MANUEL ALVES CORREIA
Missionário do Espírito Santo

(ESPECIAL)



livro de Gilberto Freyre é notabilíssimo.

O público, tanta vez caprichoso, desta vez foi bem advertido e tomou conta da importância da obra: a primeira edição é de 1933; esgotou-se rapidamente; tenho presente a segunda, de 1936. Duas edições em tão curto prazo, neste genero de literatura, constituem felicidade rara. (1).

Casa Grande e Senzala traz em sub-titulo: "Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal". Estas palavras indicam com precisão o assunto e a mente do autor que pretendeu fixar e interpretar os aspectos mais significativos ou característicos da formação e evolução da sociedade brasileira.

Nós, os portugueses, ao pensar no Brasil e ao julgar das suas coisas, caímos em anacronismo; habitualmente fazêmo-lo pelo teor da sentença do velho bispo de Leiria... Segundo refere Fr. Vicente do Salvador, appareceu um dia em terras de Santa Cruz um homem degredado pelo bispo de Leiria "o qual, ou zombando ou por o entender assim, pôs na sentença: Vá degredado por três anos para o Brasil donde tornará rico e honrado, E assim foi que o homem se casou com uma mulher que tambem veio do reino ali ter, não por dote algum que lhe dessem com ela, senão por não haver ali outra, e de tal maneira souberam grangear a vida que nos três anos adquiriram dois ou três mil cruzados, com que foram para sua terra em companhia do capitão-mór do Rio Grande, João Rodrigues Colaço e de sua mulher, D. Beatriz de Meneses, comendo todos a uma mesa, passeando êle ombro com ombro, com o capitão, assentando-se a mulher no mesmo estrado que a fidalga, como eu os vi em Pernambuco, onde foram tomar navio para se embarcarem. E tôda esta honra lhe faziam, porque, como naquele tempo não havia outra mulher branca no Rio Grande, acertou de parir a mulher do capitão e a tomaram por comadre, e como tal a trataram daquêle modo, e o marido como compadre, cum-

prindo-se em tudo a sentença do bispo, que tornaria do Brasil rico e honrado".

Foi o Brasil — e não deixou de o ser, a terra maravilhosa, donde nos vinha honra e proveito. Portugal, é claro, olhou o Brasil, não apenas com vistas interesseiras; houve igualmente intuits filosóficos, de alta previdência poitica. E' curioso êste passo do citado Fr. Vicente do Salvador que escreveu a sua **Historia do Brasil** no primeiro quartel do século XVII! Como êle anteviu o Senhor D. João VI, do primeiro quartel do seculo XIX! "Nem se deixou então de praticar que, se alguma hora acontecesse (o que Deus não permita) ser Portugal entrado e possuido de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, de sorte que fôsse forçado passar-se elrei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma a podia melhor fazer que a esta. Porque passar-se ás ilhas (como diziam e fêz o Senhor D. António, pertendente do reino, no ano do Senhor de 1580) além de serem mui pequenas, estão tão perto de Portugal que lhe iriam os inimigos no alcance, e antes de se poderem reparar dariam sôbre êles. A India, ainda que é grande, é tão longe e a navegação tão perigosa que era perder a esperança de poder tornar e recuperar o reino. Porém o Brasil, com ser grande, fica a tal distancia e tão fácil à navegação, que com muita facilidade podem cá vir e tornarem quando quizerem ou ficar-se de morada, pois a gente que cabe em menos de cem léguas de terra que tem todo Portugal bem caberá em mais de mil que tem o Brasil, e seria êste um grande reino, tendo gente, porque a donde há as abelhas há o mel, e mais quando não só das flores, mas das ervas e canas se colhe mel e açúcar, que de outros reinos estranhos viriam cá buscar com a mesma facilidade a trôco de suas mercadorias, que cá não há. E da mesma maneira as drogas da India, que daqui fica mais vizinha e a viagem mais breve e fácil, pois a Portugal não vai buscar outras cousas senão estas, que pão, panos e outras semelhantes não lhes faltam em suas terras"

Evidentemente... o Brasil tinha de escapar-se ao intuito português. Remediou muita miséria, enriqueceu muito pobre, serviu de refúgio ao Senhor D. João VI; depois, tomou o rumo de seu destino próprio, quando a Por-

tugal voltou o Senhor Rei D. João. Nos tempos da colonização, Portugal não se transplantou para o Brasil; quis prolongar-se ao Brasil. Enviou donatários, degredados, aventureiros, institutos religiosos, as Ordenações do Reino, estabeleceu a jerarquia eclesiástica, logo de principio não faltaram os Jesuitas, firmou a Inquisição... Eram elementos importantes, mas a obra estava muito longe de acabada. Havia terra vasta, **mais de mil léguas**; havia **ervas e flores**; **cana** facilmente se arranjou: faltava ainda o mel e o açúcar. Porque se, no dizer de Fr. Vicente, **adonde há as abelhas há o mel**, onde abelhas não há tão pouco se encontra o mel. No Brasil, para o ponto de vista economico, havia zangãos em número sufficiente ou talvez excessivo; mas faltavam as **abelhas**, o povo laborioso.

Faltava o povo laborioso; podia engendrar-se. Mas faltavam mulheres **em quem fazer-se mel**.

Iam de Portugal as pupilas dos recolhimentos de orfãs: atenuavam, mas não remediavam a carístia do genero.

Seraname, ia-se escravizando o amerindio, aliciando-o, com bons modos, a trabalhar para si e para o europeu, para o europeu mais recomendadamente; o indio, de condição bravia e livre, não esteve pelos ajustes, tentou-se obrigá-lo à má cara: as censuras dos moralistas e as injunções de Roma frustraram em parte a tentativa. A falta de povo laborioso continuava a apresentar-se como mal sem remedio. Recorreu-se ao expediente extremo, rompeu-se numa solução desesperada: a caça no Continente Africano. Em vez de povo laborioso, estabeleceu-se no Brasil a escravidão.

Gilberto Freire cita estas palavras de Louis Conty (*L'Esclavage au Brésil*, Paris, 1881): **La situation fonctionelle de cette population peut se résumer d'un mot: le Brésil n'a pas de peuple**. E estoutras de Joaquim Nabuco, escritas por 1883: "São milhões que se acham na condição intermediária, mas também não é o cidadão... "Párias inúteis, — acrescenta Gilberto Freire — vivendo em choças de palha, dormindo em rêde ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensilios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou xarque". Por estas alturas computava-se em doze milhões, a população total do territorio brasileiro. Metade desta população era constituida por **caboclos, brancarões**, gente miserável, com que se tinha de contar, não como força económica, mas como **material clínico**, para estudos de **anemia, palúdica, do béri-béri, da sífilis, da boubá**. Na população válida salientava-se um grande contingente da escravidão ne-

gra, de que descenderam os elementos mais fortes e sádios da população brasileira: **os atletas, os capoeiras, os "cabras", os marujos**.

Esta diferenciação populacional, ou antes, utilização ou anulação de valores humanos na formação nacional — explica-a Gilberto Freire (e, a meu ver, mui judiciosamente) não em função de raça ou clima, mas simplesmente como consequência de um regime económico preestabelecido. "No caso da sociedade brasileira o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência económico-social — a mono-cultura — a deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido ou reprimido, através do esforço regular e sistemático. Muitas daquelas fontes foram por assim dizer pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que, em vez de desenvolvê-las, abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e a frescura. Nada perturba mais o equilibrio da natureza que a monocultura, principalmente quando é de fóra a planta que vem dominar a região, nota o professor Konrad Guenther.

Exactamente o caso brasileiro. Na formação de uma sociedade, a hygiene alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e, por outro, a inadaptação ao clima, agiu sobre o desenvolvimento físico e sobre a eficiência económica do brasileiro no mesmo mau sentido do clima deprimente e do solo quimicamente pobre. A mesma economia latifundiária e escravocrata que tornou possível o desenvolvimento económico do Brasil, sua relativa estabilidade, em contraste com a turbulência dos países vizinhos, envenenou-o e perverteu-o nas fontes da vida".

A nação brasileira vai assumindo proporções assombrosas. Seu territorio é enorme, o solo ubérrimo. A sua população, há pouco avaliada em doze milhões, decorridas duas décadas do seculo XX estava em trinta milhões, hoje terá ultrapassado quarenta milhões de almas, e cresce aceleradamente. Não há estabilidade nem predominio de raça. Os habitantes do Brasil vem da mais extraordinaria e rica miscegenação de que há exemplo: de amerindios, de pretos, e de todas as variedades de europeus... Vem do cáos? Não é o cáos donde provém, mas de uma poderosa concentração da humanidade. No Brasil de pouco ou nada servem para a orientação social e nacional, os paradigmas do passado. Tem-se dito que foram os jesuitas **o cimento da unidade brasileira**. O próprio autor de *Casa Grande e Senzala* faz esta concessão aos Padres da Companhia: "Os jesuitas foram outros que pela

influência do seu sistema uniforme de educação e de moral sobre um organismo ainda tão mole, plástico, quasi sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que elles próprios dispersavam como catequistas e missionários. Depois, houve a Inquisição. "Através de certas épocas coloniais observou-se a prática de um frade a bordo de todo navio que chegasse a pôrto brasileiro, a fim de examinar a consciencia, a fé, a religião do adventicio... Temia-se no adventicio acatólico o inimigo politico capaz de quebrar ou enfraquecer aquella solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplêndidamente através de tôda a nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformados holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difficil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa sociedade".

Assim seria, assim foi, sem dúvida, em parte. Mas não deixa de ser lastimavel que, não obstante tantos cimentos e a rija defesa inquisitorial se chegasse ao século XIX sem que houvesse povo (ou Povo) no Brasil. Havia os filhos da Escravidão e os descendentes do Patriarcalismo latifundiário, polígamo.

Religião e Patriarcalismo escravocrata e polígamo viveram associados, cooperaram na fundação e conservação de um mesmo regime social? A ambos a ignorancia de semelhante monstruosidade! A religião isentou-se, a consciencia católica voou por alto, redimindo as almas, uma a uma, em regime individualista, abstraindo daquelle mundo da injustiça e imoralidade? Por vezes assim o fez, e quando assim procedeu, fez bem.

Infelizmente os missionários e moralistas católicos nem sempre se mantiveram à margem do regime de iniquidade social que não podiam remediar. Vieira, por exemplo, que se arvorou em conselheiro politico, foi um escravagista implacável em relação aos negros: recorde-se o que disse, escreveu e fez a insigne prégador a propósito da tentativa de libertação dos negros dos Palmares. Quanto aos inquisidores, geralmente espiritos estreitos, alguns ferinos, mostram-se absolutamente incapazes de introduzir ou manter no corpo social, ou em odutrinação politica, o minimo affecto de benevolencia ou algum calor de caridade cristã. Estes depuradores e apuradores da fé e afe-

ridores da ortodoxia filtravam o mosxenito e deixavam alastrar o Patriarcalismo polígamo e a escravidão. Desta estreiteza de espirito e coração é simbolo a Casa dos Tratos da Inquisição de Goa, donde, em 1585, escrevia o melancolico e soturno inquisidor Rui Sobrinho: **A casa dos é tão pequena e metida entre outras tão escuras que, se o atormentado estrabouchar no ar, corre risco de cair sobre a mesa do Inquisidor.** (Antonio Baião, *A Inquisição de Goa*, pag. 107).

Efectivamente o atormentado **estrabouchou** tanto que um dia matou a Inquisição, vindo-lhe sobre a cabeça...

O Brasil pouco tem a rever-se no passado; olha para o futuro. O grau de civilização que atingiu a gloriosa nacionalidade não permite dizer que a sua organização e ordenação social estejam apenas em esboço; mas, consideradas a vastidão territorial (grandeza telúrica), a enormidade dos recursos económicos e grande porção de humidade já conglobada, tem de reconhecer-se que se encontra em ponto de partida para rumo mui diferente de antigos roteiros. Para a nova orientação, do passado, pouco mais há que enormes escolhos.

"A escravidão e a monocultura — escreve Gilberto Freire — continuam a influenciar a conduta, os ideais, as atitudes, a moral sexual dos brasileiros. A monocultura latifundiária, mesmo depois de abolida a escravidão, achou jeito de subsistir em alguns pontos do país, ainda mais absorvente e esterilizante do que no antigo regime; e ainda mais feudal nos abusos; criando um proletariado em condições menos favoraveis de vida do que a da massa dos escravos. Roy Nash (*The Conquest of Brasil*, New-York, 1926) ficou surpreso com o facto de haver terras no Brasil, nas mãos de um só homem, maiores que Portugal inteiro; informaram-lhe que no Amazonas os Cesta Ferreira eram donos de uma propriedade de área mais extensa que a Inglaterra, a Escocia e a Irlanda reunidas. Em Pernambuco e Alagoas, com o desenvolvimento das usinas de açúcar, o latifundio só tem feito progredir nos ultimos anos, subsistindo à sua sombra e por efeito de monocultura, a irregularidade e a deficiência no suprimento de viveres: carne, leite, ovos, legumes. Em Pernambuco, em Alagoas, na Baía continua a consumir-se a mesma carne ruim que nos tempos coloniais. Ruim e cara. De modo que da antiga ordem económica persiste a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras.

Da Vida, Usos e Costumes Indígenas

(Etnografia e Etnologia)

(ESPECIAL)

Por J. TELES MONTEIRO
Publicista

P



OR toda a Colonia de Angola, a raça dos **quimbundos** é estimada. São dos nativos mais docéis e activos, e menos boçais que seus irmãos de raça. Habitam o vasto planalto da Provincia de Benguela, mas na maior parte estão concentrados na rica e fértil região do Bailundo, muito embora vivam outros, dispersos por zonas de

norte a sul, como por exemplo na Lunda e Mossamedes, para onde vão como trabalhadores recrutados e contratados. Dedicam-se á agricultura.

Não usam sinais característicos da raça, mas gostam de enfeitar-se com amuletos e adornos. São inteligentes e habeis. Consideram-se superiores aos outros povos, a quem recebem hostilmente, sendo de temer a sua indole guerreira, conquanto estejam completamente pacificados. Praticam a religião católica, de preferencia, mas nem por isso deixam de sêr supersticiosos.

As regiões do **quimbundo**, comprehendem principalmente as Circunscricões do Huambo, Bailundo e Lepi, que tem a area de 11.396, 17.026 e 6.613, respectivamente, em quilometros quadrados, com uma população superior a 370.000 habitantes, sem falar na Provincia do Bié.

Os **ganguelas**, tambem são supersticiosos e idolatras. Usam amuletos, e um sinal característico da raça, que se compõe de traços indeleveis talhados na epiderme. á nascença, por golpes de vidro ou faca. Costumam limar os dentes incisivos, suyerores, e por vezes os inferiores.

A região dos **ganguelas** é enorme, e só por si tem a extensão territorial de 30.020 quilometros quadrados, com a população aproximada de 52.000 habitantes. Este povo vive da caça e da pesca, mas dedica-se tambem á apicultura por processos primitivos, tirando grande rendimento do mel e da cêra. Estão deveras pacificados, mas são turbulentos e conflictuosos, odiando ostensivamente os **quimbundos**. Conhecem o ferro e o cobre, e fabricam com eles as ferramentas e armas de seu uso, além de adornos interessantes, com que

presenteiam as mulheres, especialmente umas pulseiras artisticamente trabalhadas, que usam nos braços e pernas. Acredita-se, mas talvez injustificadamente, que entre os **ganguelas** ainda existem tribus de antropofagos.

Os **quicocos**, cujo nome indigena é **chivokue**, representa uma raça particular dos **ganguelas**. Era um povo nomada, mas inteligente e laborioso. A sua constituição fisica é das melhores. E na opinião de muitos, este nativos tem o genio da conquista e do poderio. Nós porém, que só conhecemos as tribus do Alto Cunene, achamo-los submissos e concentrados. Adoram a musica, e as suas danças guerreiras são das mais curiosas e aparatosas. Parecem-se muito com os **cuanhamas**, evitando-se todavia.

Estes **Cuanhamas**, que habitam no sul de Angola, formam um povo essencialmente pastoril, possuidores de grandes manadas bovinas. São indolentes, por temperamento, mas guerreiros temidos.

A par destes, inumeras outras tribus povoam o interior da Colonia, e as regiões fronteiriças.

De todos eles, a autoridade suprema é o **Sóba**. O sistema de governo, é a monarquia absoluta, hereditaria entre alguns, ou electiva entre outros. Geralmente, na deposição de um sóba, ou na vacatura deste, por falecimento, nomeia-se sempre para lhe suceder, um filho, sobrinho, cu irmão, e na sua falta, o parente mais proximo.

Mas é curioso saber-se, que por filhos dos sóbas — e até dos demais nativos em geral — não são tidos os filhos das respectivas mulheres que vivem na sua companhia. Para efeitos de herança, e de sucessão legitima, só são reputados filhos, as crianças nascidas do ventre das irmãs. Para um povo que tolera a poligamia, não me parece imoral este repudio de filhos. Chamam filhos ás crianças nascidas do ventre das irmãs, porque sabem que pertencem ao seu sangue, e por isso, os verdadeiros tios são os pais. Dizia-me alguém a proposito dos usos e costumes dos povos negros, que esta ordem de filiação legitima entre eles, é o repudio intimo do adulterio, sem causar escandalo moral e social.

A autoridade dos **sóbas** é absoluta. Decretam leis, tributam impostos, e exercem todo o poder executivo e legislativo, mas este, assistido por um Conselho de Estado. Ha por vezes iniquidade e despotismo nas suas ordens, mas como ninguem se pode sobrepor á sua vontade, cumprem-nas, sem hesitações. Só raras vezes se tramam conspiração para os fazer depôr, por virtude da sua tirania e arrogancia.

Os **sóbas** dos Estados — porque em estados se dividem as inumeras tribus que não falam o mesmo dialecto — são sempre assistidos, como se disse, por um conselho de governo, e neste, ha os dignatarios e os conselheiros. A diferença entre uns e outros consiste, em que os dignatarios são proprietarios provisórios da côrte, porque são nomeados ou demittidos pelos **sóbas**, ao passo que os conselheiros são membros efectivos, inamoviveis e vitalicios, porque são cargos hereditarios. Se cometem delitos, soírem os castigos da lei, mas a demissão não se decreta. Diz-se que estes conselheiros não são livres, porque são os escravos e crioulos, netos e bisnetos dos primitivos escravos do Estado a que pertencem. Os dignatarios, pugnam pelos interesses do **sóba**, tanto os de ordem moral, como material e politicos.

Esta asserção, respigamo-la com a devida vénia, do muito erudito Augusto Bastos, mas nos apontamentos deixados pelo malogrado Padre Lecomte, de saudoso memoria, a asserção é diferente. Pelo menos, o Conselho de Estado não obedece á mesma constituição entre os varios povos.

Os dignatarios da côrte, teem a sua **libata** (moradia) na povoação onde vivem as suas familias, mas os conselheiros, moram com suas familias dentro da **embála** (acampamento) dos **sóbas**. Aquele consciencioso investigador ethnografico, Augusto Bastos, dá-nos a conhecer os principais dignatarios da Côrte, a saber:

Kápitago, primeiro chefe de guerra e primeiro ministro, fazendo as vezes do **sóba** no impedimento deste; é a segunda autoridade do Estado nas funções governativas; **Kárusfére**, segundo chefe de guerra; **Epárága**, confidante, e conselheiro privado; **Késóge**, mensageiro que abre o cortejo (estes dignatarios são dois, primeiro e segundo); **Kárei**, pagem; (são tambem dois); **Ukuasápi**, guarda das chaves; **Dáka**, ou **Muénrendáka** (dono da palavra), pregoeiro que faz publica os decretos do **sóba**; **Muénrenchitari** (dono do quintal), guarda particular do **sóba**; **Muénrenchiuo** (dono da panela ou fogão), guarda da cozinha, **Muénrencháro**, portador da cadeira do **sóba**. Todos estes são **Sékulos**.

E' de lei, o **sóba** dar contas á autoridade administrativa local, dos seus actos e decisões, e ainda das occurencias verificadas entre os subditos. Os nascimentos havidos; os falecimentos ocorridos; o numero dos refractarios ao impôsto; as questões pendentes (andácas); as necessidades do pôvo, e os assuntos de interesse. A autoridade administrativa, intima os **sóbas** da região a virem dar-lhe contas de estes casos, em determinados dias do mês, e então é de vêr cada um dos **sóbas** acompanhados dos seus dignatarios (**sékulos**) dirigirem-se á Administração do concêlho respectivo (ou Circunscrição), aguardando que o **maniputo** (administrador) os receba, para exporem os acontecimentos havidos, e reclamarem o que houver de conveniencia. Não falta entre os dignatarios aquele **muénrencháro**, portador da cadeira do **sóba**, porque este, vindo de longçe, descança por vezes no trajecto, e ali mesmo reúne á sua volta os dignatarios, e pede-lhes conselho, para expôr o que mais interessa ao seu pôvo quando tiver de falar ao **maniputo**.

Não se disse ainda, que o **sóba** é reconhecido por lei como autoridade gentiilica, e tem até os seus agentes de autoridade reconhecidos, pois foram resalvados os seus usos e costumes, que as leis portuguezas respeitam. Usam os **sóbas** um vestuario tipico, trazendo por cima das vestes, uma pêle de onça, raposa, gato bravo, ou leão, como insignia de chefe. Outros, porém, usam uniformes com charlateiras e galões doirados; velhos casacos do fardamento de filarmónicas, servem-lhes de indumentaria a rigôr, e de grande gala. E' chegam a não dispensar a espada — uma velha espada qualquer, que preferem ostentar sem bainha — com velhos capacêtes de bombeiros, doirados de preferencia, a completar o uniforme vistoso e prestigioso.

Esta preferencia pelo metal doirado, e galões, é á imitação das fardas de grande uniforme dos officios de terra e mar, cujo garbo admiram, atravez de raras paradas militares. Parece-nos que foi para tornar conhecida e respeitada a pessoa da autoridade administrativa, e seus agentes, que o legislador passou a obrigar o funcionario administrativo das Colonias, a usar farda com insignias doiradas.

Faltam ainda os demais dignatarios da côrte, que são pela ordem: **Muénrenháma**, portador do leito do **sóba**, e guarda deste; **Muénrensámua**, varredor do quintal; **Ukúeróga**, primeiro criado de meza; **Kátaraio**, guarda-portão, ou guarda da porta; **Katúmúa** (derivado de **Okutúma**, mandar) portador de recados; mas estes são dois. Estes dignatarios, são escravos autenticos do **sóba**, que ele eleva a es-

sas dignidades. Os lto primeiros, são livres, e escolhidos pelo povo, para defender e zelar os seus interesses. Epárága porém é sempre um sobrinho do sóba. O Kápítágo, Kárufére, Epárága, Muérenkária e Búba i erobe, são as principais autoridades que compõem o governo do sóba, exercendo com este as funções governativas.

O ultimo dignatario, é entre os povos negros, uma especie de ministro da Justiça. O Búba-i-erobe, é um todo nada ministro dos negocios estrangeiros, e condestavel da em-bala, como quer Augusto Bastos.

Todavia, é bom dizer-se que todos os conselheiros do sóba, especialmente os mais velhos, são tratados por sékulos, de uma maneira generica, embora cada um de eles tenha as atribuições da dignidade.

Disse-me ha tempos um venerando sacerdote missionario, digno d etodo o credito, que nos confins do Mexico, naarea da Circunscricão do Baixo Cuando, ainda havia vestigios da raça néanderthaliense, prehistorica, e ha muito desaparecida. E segundo a "Brotéria" de Maio de 1921, pag. 136, o homem néanderthaliense ou musteriense, era baixo, de formas arredondadas, dispondo de uma poderosa musculatura; crânio comprido e volumoso. cõncavo n aparte frontal, com fortes bossas parietais e occiput largo; os dois maxilares formavam uma especie de focinho (museau) arredondado e pouco proeminente.

Sobre a origem do povo negro, o sabio e erudito Padre Bento Bonnefoux — um venerando missionario dedicado á ciencia, com mais de quarenta anos de apostolado em Angola — forneceu-nos há tempos alguns dados muito interessantes, que serviram de preciosos elementos para a monografia do douto investigador Padre Magalhães, mas por o achar perfeito e escrupulosamente elaborado, remetteu-nos para o estudo deste.

Diz-nos o Padre Magalhães, que a raça dos negrilos — conhecida pela raça dos primeiros invasores da Africa — devem provir da Asia, sahidos provavelmente pelo istmo de Suez, e pelo estreito de Bab-el-Mandeb. De estes povos, que por um conjunto de circunstancias se teem conservado quasi improgressivos, e a definhar dia a dia, existem hoje pequenos aglomerados dispersos pelo vasto continente africano. São de pequena estatura, e de ahi lhes veio a denominação adoptada para a sua raça; dolicocefalos, de cabelos curtos, crespos e raros, dispostos em tufo, e geralmente glabros no resto do corpo. tambem são hiperplattirinos: teem a cor amarela-clara ou acobreada, olhos mais ou menos obliquos, como os povos do oriente asiático. São nomadas, e

caçadores, e não se dedicam á agricultura. Desconheciam o uso dos metais quando se deslocaram para a Africa, e ainda hoje, segundo Bertillon, nas suas setas de caça, empregam geralmente um osso envenenado.

Disse-nos aquele erudito Padre Bonnefoux, (*) que os negrilos de Angola, do sul principalmente, ond os há, se dedicam de preferencia ao officio de ferreiros, por já conhecerem agora a utilidade do ferro. Mas em poder do venerando misisonario — que é sobretudo um sabio da arqueologia — existem alguns utensilios de pedra, atribuidos aos negrilos. O principal alimento de estes nativos, é o mel, os ovos de avestruz, a carne de animais,, insectos, lagartos, gafanhotos, e algumas especies de serpentes; e usam por véstes, uma pele á cinta e outra á retaguarda, tapando-lhes os orfãos da região pudica.

Isto demonstra, que este povo primitivo, conserva inato o instinto do pudor, dando exemplos á raça branca, que se diz civilizada, mas que evoluiu para o estado primitivo da nudez, ou para os tempos da época romana, com bacanaes e tudo!

Os negrilos, são poligamos e exógamos. A' semelhança dos Caldeus — outra raça prehistorica de que ha poucas noticias — teem o condenavel uso de abandonar os velhos — homens e mulheres — em plena floresta, tal como fazem os elefantes entre os velhos da manada. No entanto, as mulheres dos negrilos devem se rainda hoje, aquelas que tem a animá-las o mais entranhado amor milial, que aliáz não se encontra nos homens.

Acreditam em Deus — conform os ensinamentos do misisonario catolico — e na parte imaterial do corpo humano.

Em materia de religião, a superioridade numerica de todas as raças indigenas, deve estar conquistada pela fé catolica, havendo uma minoria que pratica o protestantismo, e a religião evangelica, ensinada por missionarios de origem americana, e suissos.

Todavia, é grande a influencia do missonario catolico entr eo gentio, e maior que a de nenhum outro, devendo-lhe muito a civilisação d eAngola, porque a maioria de eles, embora oriundos da Alsacia, são verdadeiros portugueses pelo coração, e fazem da sua vida religiosa um apostolado.

Mas embora todo o negro creia em Deus, é mais supersticioso do que religioso, e não existe entre eles os delirios do fanatismo vulgar.

Quanto aos hotentotes, que habitam parte da Africa inglesa, tribus ha, que vivem dispersas por Angola, ainda nã oclassificadas, e que mais não são do que grupos étnicos, resultantes do crusamento de negrilos com ne-

gros, — outra raça invasora que veio posteriormente — opr haver entre eles uma lingua completamente diferente, além de seus usos e costumes.

Os negros, só alguns seculos depois da invasão dos negrilos, vieram dar á terra africana. Pretende-se que tenham entrado pela bacia superior do Nilo, e pelas iminencias da região dos grandes lagos, de onde irradiaram, possivelmente e mtodas as direções, atravez de Africa. São de origem asiática, tal como os anteriores.

Deniker, em “La Grand Encyclopédie” divide a raça negra em duas sub-raças: a nigríciãna e a bantu, a que outros chamam, pelo menos em parte, cafre. O estudioso Padre Magalhães, além do Padre Sacleux, entendem porém, que nenhuma de estas designações lhe parecem proprias para designar a segunda das referidas raças por aquele divididas em sub-raças.

Interessa-nos sómente, sem aprofundar estudos de origem, já tratados por tantos e tão doutos investigadores, de entre os quais não podemos nem devemos esquecer o erudito Padre Ruela Pombo, e Padre Miranda Magalhães, resumir a etnologia de Angola, situando as diversas raças onde se encontram.

São congolezes os habitantes dos distritos do Congo e Zaire; entre eles porém, podem notar-se varios sub-grupos: os lúangos, cacongos, cabindas, mussurongos e bambas estes na região

do Zaire; e os muxicongos, pombos, zombos, mahungos ou sossos, bambas, etc., situados na região do Congo, propriamente dita.

Os de Luanda — de preferencia a Loanda — são um tipo resultante do cruzamento dos congolezes, ambundos, e portugueses e em menor numero de estrangeiros, segundo o eminente Padre Magalhães, autor do “Manual de Linguas Indigenas”.

No districto de Quanza Norte — de preferencia a Cuanza Norte — ha os tipos mahungos, gumbas, luangos, e outros, do cruzamento dos congolezes e ambundos.

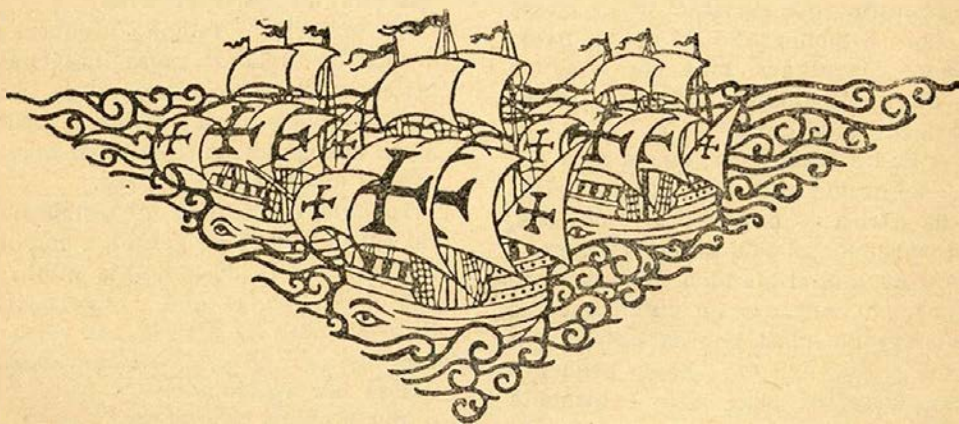
Em Malange, ha-os do tipo Luanda, e ainda em parte, angolas, jingas — da familia ambunda — e parte congolezes, — mahungos ou sossas — e tambem lundas — bangalas, bungos — e outros cruzamentos.

Os de Lunda — riquíssima região diamantífera — formam caracteristicamente a raça lunda, constituída por cassangos, tupeíndes, turúbas, anzovos, muxinjés, minungos, quiócós, luenas, etc.

No Quanza Sul, habitam os libólos. ambundos, quibálas, séles, melembas, qulssamas — cruzamento de congolezes e ambundos, etc.

(CONTINUA)

(*) O sábio P. Bennefoux, além de agraciado com a Ordem do Imperio Colonial Português, foi alvo de benção especial de S. S.



Subsidios para a História Indígena da Guiné

ORANGO

Por ARMANDO DE LANDERSET SIMÕES

Funcionário Administrativo

ORIGEM

(ESPECIAL)



AVEGADORES de côr branca aportaram á ilha desembarcando nela um casal: — mulher de côr clara e homem de côr escura.

Deste casal nasceu um cabarro (1) de nome Campuja e uma campune (2) de nome Canjusso; deste novo casal dizem-se descendentes o ramo bijagó de Orango. A lenda através das suas bocas assim o diz.

OHBAPUMA

Campuja faleceu velho já, rodeado de filhos e escravos. Seu filho mais velho Ohbapuma tomou a chefia da região.

No periodo de tempo que Ohbapuma reinou, era a ilha visitada por homens de côr branca em grandes embarcações. Faziam entre eles permutas a bou paz.

Um dia houve em que os indigenas de Mancane (4) levaram até o país de Orango um prisioneiro de guerra que Ohbapuma comprou.

Este escravo que a historia verbal do indigena não guardou o nome, pediu a Ohbapuma, que lhe mandasse vir a familia que tambem se encontrava em Mancane.

Depois de varias demarches, os de Mancane negaram-se a ceder a familia do escravo, quer por compra ou por dadiva.

Foi esta a causa da primeira guerra entre Orango e Mancane. Mancane pouca resistencia ofereceu e dos prisioneiros, uns foram mortos; outros levados como escravos para Orango e outros ainda enviados para Unnhocomo, ilheu desabitado que os de Orango transformaram na sua primeira e única Colonia Penal. Ohbapuma sonhara sempre com as maravilhas grandiosas que aqueles que portavam ás suas ilhas lhe contavam do País donde vinham.

Fôra o seu maior e unico sonho; e, por ele mais tarde, dava a vida.

Todos os anos a maior e mais resistente canôa, cheia de mantimentos aprontava-se para partir em busca desse caminho maravilhoso. Os mais belos e fortes cabarros partiam como tripulação e não mais voltavam.

Ohbapuma nas areias brancas das suas praias, sempre confiante, aguardava a chegada daqueles aventureiros que partiam em busca da terra dos homens brancos.

Dia houve em que necessario foi ir ao continente construir uma canôa forte e leve para nova expedição partir.

Quiz ele mesmo dirigir, esses trabalhos e com os seus dirigiu as suas canôas para ancoradouros do chão Nolu. (5)

Ali porém, mal compreendido ou por qualquer outra razão, foi atacado tendo que abandonar aquelas paragens, trazendo muitos feridos, e, entre êles o proprio Ohbapuma, que dias depois á vista das areias da sua ilha, falecia.

Morreria talvez, sonhando, com as riquezas grandiosas da terra dos homens brancos.

NOTAS:

- (1) — Rapaz.
- (2) — Rapariga.
- (3) — Ilha do arquipélago dos Bijagós.
- (4) — Ilha do arquipélago dos Bijagós.
- (5) — Região compreendida entre os rios de Cacine e Tombali.

NOTICIAIRIO

Agradecimento

Ao expirar o seu mandato, a Directoria sente-se no dever de agradecer a todos os associados e a todas aquelas pessoas que directa ou indirectamente concorreram para a obra da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, ajudando-a por qualquer forma a levar a bom termo a sua missão, a carregar — é a expressão mais certa — a sua cruz ao calvário, a vencer obstáculos por vezes quasi insuperáveis, por entre a indiferença da maioria, a má vontade de outros e o despeito vesgo de uns tantos pseudo-intelectuais que infelicitam a Colónia.

Enfim, dois anos de trabalhos e amarguras, em tudo e por tudo iguais aos cinco precedentes, em que meia duzia de "carolas" teve de aguentar, firme, o leme desta nau batida por tantas e tão desconhecidas tormentas. Sim, porque não tenham ilusões, a obra da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro é o produto do esforço exaustivo de três ou quatro indefesos "sonhadores", perdidos nesta época de apagado e rasteiro prosaísmo.

Somos os primeiros a reconhecer que a obra não corresponde ainda á proporção da sua grandeza total; é possível, até, que pudessem executar-se com mais brilho; agora o impossível seria realizá-la com maior desejo de servir, com patriotismo mais esmerado, levantado e sereno, com maior entusiasmo e dedicação. Dentro das nossas forças e míseros recursos, fizemos tudo quanto era humanamente possível, — e quem dá o que tem a mais não é obrigado!

Se a nova Directoria, a quem entregamos um património parco de recursos materiais, mas opulento de bens morais e com uma tradição de independência cada vez mais rara em nossos dias, prosseguir na rota de inquebrantável altivez que nos traçamos, e souber inspirar-se nos altos propositos que sempre nos moveram, de servir com absoluta isenção de interesses e vaidade, trabalhando incessantemente e sem a menor sombra de personalismo, a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro não descera nunca da eminência a que ascendeu pela nobreza de seus actos, o prestígio de que disfruta, para honra e dignidade dos ideais pan-lusitanos de que ela foi e é pioneira inclita, ver-se-á de dia para dia consolidado.

De igual sorte, necessariamente, terá de proceder a Comissão de "BOLETIM", abrindo as colunas desta publicação, como sempre o fizemos até agora, invariavelmente, a todas as vozes autorizadas, sem preferências pelo matiz das convicções politicas dêste ou daquêle, pois só assim o "BOLETIM" será o que foi desde que existe, uma tribuna livre e independente de propaganda e defesa do Ultramar Português, a cavaleiro de questiúnculas subalternas e sem expressão perante a grandeza da bandeira que desfraldamos com o firme, sincero e ardente propósito de servir — PORTUGAL.

A DIRECTORIA

Rio, Dezembro de 1937.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

E A "X" — FEIRA INTERNACIONAL DA CAPITAL DA REPUBLICA DOS EE UU. DO BRASIL

A participação da nossa colectividade — por deferência especial e graciosa do Departamento Nacional de Turismo, a cujo Director, por essa razão e muitas outras rendemos o preito singelo, mas sincero das nossas homenagens — constituiu, pelo numero extraordinario de visitantes e pelo interesse despertado por tudo quanto expusemos, uma recompensa justa para os nossos esforços e um triunfo mais para a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, — a colectividade que, pelo seu forte querer — e querer é poder — não houve ainda obstáculo que ela até hoje não tivesse vencido.

Longe do odor nauseabundo de uma coisa ignóbil que três **patriotas** engendraram, e apresentaram, para indignação geral, com o rótulo de "Aldeia Portuguesa"; sem **comes e bebes** e outras vergonhas, longe, bem longe, de tais ambientes que não recomendam quem os executa nem aqueles que os frequentam, a **Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro** pode orgulhar-se do que fez, dentro dos seus recursos, porque aquilo que fez não provocou risos de mofa e de escárneo, — o que fez dignifica Portugal e a sua obra no Ultramar, queiram-no ou não os jornalistas patricios de meia-tijela que por aqui exploram a Colónia e degradam a nobre profissão.

Enganam-se, porém, se pensam que nos prejudicam com o seu silêncio! Os seus elogios seriam um opróbrio, porque sabemos — e muito bem! — como êles se conquistam. Entre nós e essa gente há uma distância intransponível...

Quanto à guerra de silêncio que nos movem, francamente, é de rir a bandeiras despregadas! As nossas acções falam por nós, e isso é o essencial! Se assim não fôra, não nos honraria a Imprensa de verdade, onde os Palmas Cavalões não metem bico, com referências as mais laudatórias e elogiosas. E só a essas nós prestamos a devida consideração.

Vamos, por isso, transcrever algumas dessas referências:

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

A Sociedade Luso-Africana, do Rio de Janeiro, continua na sua acção devotadíssima pró-propaganda colonial portuguesa e pró-aproximação luso-brasileira.

Acabamos de receber uma colecção de bilhetes postais ilustrados com a reprodução

de mapas das nossas colónias e legendas patrióticas a respeito da nossa obra colonizadora. Dêsses postais fez a Luso-Africana uma larguissima tiragem para distribuir na Feira Internacional de Amostras do Rio.

E' mais um serviço a juntar a tantos que o país já deve à Sociedade Luso-Africana, serviço que com prazer salientamos pedindo para a actividade dêste organismo dos portugueses do Brasil a atenção das esferas officiais portuguesas.

A Sociedade Luso-Africana não representa, apenas, mais uma agremiação de portugueses que, saudosos da Pátria, nela se reúnem para festas e momentos de despreocupação ou de satisfação de uma nostalgia mais forte. E', antes de mais, a primeira organização que hoje, possuímos que, sem auxílios officiais, e, até, sem estímulos de ordem moral, realiza uma obra extraordinária em prol da aproximação luso-brasileira e da divulgação da nossa acção colonizadora por terras da América.

Após a realização, em 1936, da **Semana do Ultramar Português** no Rio de Janeiro, certamente que constituiu uma demonstração de nobre mentalidade e grande espirito civico, a Sociedade Luso-Africana não deu por concluída a sua acção. Continua a publicação e distribuição gratuita do seu **Boletim**, a melhor revista de estudos coloniais que possuímos. E, agora, na Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, mais uma vez tornou notável a sua presença.

Nós saudamos a Sociedade Luso-Africana como primeira organização de cultura e propaganda luso-brasileira que possuímos.

"In-"Humanidade" — Lisboa)

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO NA FEIRA INTERNACIONAL DE AMOSTRAS

RIO DE JANEIRO, setembro. — No proximo dia 12 de outubro inaugura-se a Feira Internacional de Amostras. O Departamento Nacional de Turismo que á Sociedade Luso-Africana, honrando a oferta do Departamento e de simpatia pôs á disposição da benemerita instituição, á qual tantos serviços devem a propaganda e defesa das colonias portuguesas e a aproximação luso-brasileira, um recinto, muito bem localizado, para ela participar na feira, e, como fez nos anos an-

teriores, organizar o seu "stand". A Luso-Africana, honrando a oferta do Departamento de Turismo, fará nele uma demonstração da obra civilizadora de Portugal, antiga e actual, por meio de gráficos, mapas, fotografias, livros, revistas, jornais e todos os elementos que possam informar os visitantes da feira sobre o nosso esforço colonizador e sobre o progresso do Ultramar português.

Como em toda a sua acção admirável dos últimos sete anos, a Luso-Africana conta sómente com os elementos que possui e com a boa vontade e a dedicação dos seus associados, pois não tem qualquer ajuda oficial dos organismos coloniais metropolitanos e apenas alguns serviços publicos ultramarinos e algum colonialista e colonos esclarecidos a têm auxiliado no seu magnifico e nunca assaz louvado esforço patriótico.

Espera-se que o "stand" da Luso-Africana obtenha completo êxito, toda a colonia portuguesa vendo com simpatia a sua iniciativa.

(In-Diario de Lisboa)

—(o)—

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

A Sociedade Luso-Africana, a patriótica e benemérita instituição da capital do Brasil, editou, destinados á X Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, uns interessantes postais ilustrados, com as armas e o mapa de Angola e a seguinte frase do illustre escritor sr. Carlos Malheiro Dias:

Nenhum português poderá ter uma noção do lugar que Portugal ocupa no mundo, se ignorar a sua expansão territorial nos continentes africano, asiatico e oceanico.

(In-Comércio do Porto)

A LUSO-AFRICANA "e a imprensa"

Ha instituições portuguesas no Brasil que se diminuem pela estreiteza da sua propaganda, da demonstração da sua eficiência. Uma delas é a Luso-Africana, colectividade a que não faltam inimigos, não tanto porque o seu objectivo os mereça, mas principalmente porque ainda não se alcançou a grandeza da sua finalidade. Entretanto, é indispensável considerar que o Brasil, mais do que ninguem, precisa conhecer, pormenorizadamente, a nossa vida, pelo menos na costa occidental africana. Temos ali a maior potencia da nossa vida económica. A uniformidade produtiva com o mundo brasileiro é uma sobrada razão para a grande necessidade do Brasil conhecer as terras portuguezas que lhe ficam em frente, através do grande Atlantico.

O critério estreito com que tantos consideram a obra patriótica da Luso-Africana deve merecer o nosso desprêso. Essa obra ha de servir, no futuro, para justificar uma aproximação que interessa, incontestavelmente, aos dois países. A Africa Ocidental portuguesa não é um país morto.

O progresso está ali entrando com tanta intensidade que os olhos ambiosos dos estranhos não a estão perdendo de vista. E' nossa opinião, animada dum sincero sentimento patriótico, que a simpática instituição deve merecer dos portugueses do Brasil o melhor apôio. O seu futuro será a sua maior honra. São os dias de amanhã que hão de justificar a razão máxima da sua existência. Sejam os precursores dêsse futuro. Andamos por ai, todos os dias, a endeusar colectividades que não merecem nem metade do nosso aplauso, confrontando-o com o objectivo desta colectividade modesta, que vem realizando pacientemente uma obra magnifica, claramente patriótica.

(Do "Diario Português" de 16 de junho de 1937).

—(o)—

INSPECÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, DOS NEGOCIOS INDIGENAS E GENTIO DE TIMÔR

Ilmos. Senhores:

Como elemento de estudo cuja falta muito se faz sentir na Bibliotéca desta Inspeção, tenho a honra de solicitar de VV. Excias. se dignem fazer-nos o altissimo obsequio de nos enviarem todos os numeros já publicados do **Boletim da Sociedade Luso-Africana** e os que futuramente sejam dados à publicidade.

Por esse auxilio, que nos é precioso, dada a valiosa colaboração que tem distinguido o **Boletim**, afirmando-o como uma das melhores e mais serias publicações de doutrina, critica e propaganda colonial redigidas em lingua portuguesa — desde já afirmamos, digo, exprimimos os nossos mais vivos agradecimentos.

De VV. Excias. m.º at.c crd.º e obrg.º, M. Pinto Corrêa, inspector administrativo, chefe. Lourenço Marques, 18-X-1937.

—(o)—

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO — O reaparecimento do seu magnifico "Boletim"

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, não tem deixado um momento de prosseguir na sua notável actividade em prol da propaganda e defeza do Ultramar Portu-

guês no Brasil e nas Américas e em prol da aproximação luso-brasileira.

O seu "Boletim", publicação unica no género, já pela variedade e categoria dos seus colaboradores, já pela gratuidade da sua distribuição, interrompera, durante algum tempo, a sua publicação. Acaba, porém, de retomá-la e com um numero em que reúne muitos dos trabalhos da "Semana do Ultramar Português", a patriótica iniciativa que outorgou á Luso-Africana direito ao reconhecimento de todo o Portugal d'Aquem e d'Além Mar.

Nêsse numero reuniu a Luso-Africana as conferências feitas pelos eminentes brasileiros srs. professor dr. Artur Ramos, dr. Evaristo de Moraes criminalista e jurisconsulto e general Moreira Guimarães, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na "Semana do Ultramar Português" e as palestras da sra. dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, dr. Américo Chaves de Almeida, cônego Miranda Magalhães, José Osório de Oliveira e Paulo Braga que, durante a mesma "Semana", foram radiodifundidas.

Publica êle ainda colaboração dos srs. prof. dr. Hernani Cidade, Gastão de Sousa Dias, Teófilo Duarte, dr. Manuel Antonio Pêres Junior, padre Ruela Pombo, d. Maria Archer, C. el Genipro da Cunha e Almeida, dra. Branca Possolo e tenente Mario Costa.

A abrir, o sr. Francisco das Dôres Gonçalves que, com Antonio de Sousa Amorim e Carlos Cesar dos Santos, constitue a benemerita e isenta Comissão Directora do "Boletim", publica um artigo de superior desenvoltura moral em que expõe as razões porque teve de interromper-se a sua publicação e afirma a sua confiança em melhores dias e a certeza da Sociedade Luso-Africana na victória do alto espirito de Lusitanidade que a anima.

Congratulamo-nos com o reaparecimento do "Boletim" da Luso-Africana.

(Do "O Primeiro de Janeiro", de 21-9-937).

(o)

OS PORTUGUESES NO BRASIL — A OBRA ADMIRAVEL DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

Recebemos agora o Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro respeitante ao 2º semestre de 1936, no qual aquela patriótica Colectividade, — á actividade da qual tantas vezes com admiração e justiça nos temos referido, — conseguiu reunir valiosa colaboração, subscrita por alguns dos melhores nomes de Portugal e Colónias.

Justificando o atrazo da publicação do interessante e valioso Boletim, o sr. Francisco das Dôres Gonçalves, um dos membros da sua Comissão Directora escreve estas nobres palavras, através das quais mostra o admiravel e desacompanhado esforço da Sociedade Luso-Africana em prol do engrandecimento do Império Colonial Português.

(Da "A Provincia de Angola", de 11 de novembro de 1937).

(o)

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro continua na sua obra benemerita de propaganda e defesa das colónias portuguesas e de aproximação luso-brasileira.

Temos presente uma colecção de três postais ilustrados com mapas das colónias e legendas patrióticas referentes á nossa obra colonizadora de que a sociedade fez uma larguissima edição para distribuir, gratuitamente na Feira de Amostras, do Rio de Janeiro. Um dos postais dá a área do império colonial português comparado com a do Brasil. Os outros produzem os mapas de Angola e Moçambique.

Admiravel esforço o da Luso-Africana que não é nunca demais exaltar e agradecer!

(D"O Primeiro de Janeiro", de 23-11-937).

(o)

DEFENDAMOS O NOSSO FOLCLORE

Eis aqui uma ideia que merece a maior divulgação, — e a par dessa divulgação o mais vivo e caloroso aplauso. Transcrevendo a presente artigo, julgamos cumprir ainda um dever de pan-lusitanismo, certos de que na exposição aventada pelo brilhante articulista não deixará de caber o lugar devido ao Ultramar português. E é até bem possível que isso venha a ser o ponto de partida de estudos que de há muito se deveriam ter feito, qual sejam os do folclore africano, asiatico e timorense, que também correm o risco de perder-se.

Portugal está hoje na berlinda, não só pelo seu ressurgimento como pela graça e lirismo do nosso povo. A nossa arte popular tem constituído, efectivamente, iluminada pela glória do nosso presente, uma das grandes revelações do Portugal de hoje, do Portugal de sempre. Todos os escritores e jornalistas que nos visitam, que ouvem cantar e dançar a gente das nossas aldeias, que se extasiam

na policromia das nossas feiras e mercados, que enchem as suas bagagens de bonecos e olarias, objectos ingenuos, toscos, mas infinitamente graciosos, consideram milagroso (e vão dizê-lo lá para fora) êste suave enternecimento e encantamento em que vive ainda o povo português.

A Exposição de arte popular em Genebra e a sala do Artisanato no Pavilhão de Portugal na Exposição de Paris mais vieram aumentar essa projecção do nosso povo, considerado hoje um dos maiores poetas do seu tempo.

Essa expansão do nosso génio popular respondeu, em Portugal, a uma renascença do nosso folclore, elemento vital do nosso puro nacionalismo, que tem o gosto da nossa terra e das nossas flores. Ajudado por essa voga do estrangeiro e por iniciativas de carácter official, o nosso povo tem saído, pouco a pouco, da "apagada e vil tristeza" em que se finava, para cantar e dançar, para se recordar de velhas melodias esquecidas e de velhos fatos e vestidos, de côr sempre nova, enterrados no fundo das arcas.

Verificada, porém, a aleluia da alma nacional, cumpre-nos, agora, em sua própria defesa, para que essa aleluia não se arrependa, denunciar os seus perigos, mostrar sem hesitações o reverso da medalha. A verdade cruel, que certas boas vontades não gostaram de ouvir, é esta: se o renascimento do folclore português não fôr atentamente vigiado, acompanhado, arriscamo-nos a vê-lo morrer, vitima do seu próprio excesso de vida.

E' que estamos assistindo, a par dêsse renascimento, a uma perigosa invasão do folclore janota, quasi sempre falso, das nossas revistas. Houve um tempo em que foi o nosso teatro popular que se deixou influenciar saudavelmente pelos costumes e melodias da nossa terra, mas bem de-prensa se vingou alastrando por êsse País fora, inquinando a água corrente das nossas cantigas, levando o **Burrié** e o **Cochicho** aos confins de Portugal.

Decoradas essas e outras cantigas (aliás de recorte agradável), aqui e além se vão formando grupos regionais bem intencionados, mas preciosamente vestidos e ensaiados como para uma revista do Variedades ou do Maria Vitória.

Por amor da nossa terra e da graça do nosso povo, urge acabar com tal sacrilégio, com tal heresia!... Estude-se imediatamente, sem perder tempo, a forma de organizar e disciplinar essa corrente, que pode ser altamente benéfica ou tristemente nefasta. Que

nenhum dêesses chamados grupos regionais (não nos referimos aos ranchos vindimários bem orientados) possa constituir-se definitivamente, ou exhibir-se, sem autorização especial de qualquer organismo encarregado da sua selecção.

Se tal se fizer não só se terá conseguido desinfectar o folclore português como se terá aumentado a grande riqueza do nosso pitoresco, da nossa vida popular.

O êxito recente do noso folclore no teatro dos Campos Elisios prova bem que vale a pena fazer o possível e o impossível para conservar vivas, puras, as côres dos nossos trajos, o ritmo das nossas cantigas, o desenho das nossas danças.

O ideal seria (e para isto estamos dispostos a empregar todos os nossos esforços) que de tal movimento, desa onda de beleza popular viesse, um dia, a surgir, como na velha Rússia, uma grande companhia de bailados nacionais, que levasse lá fora, de quando em quando, reflexos das nossas paisagens, da nossa simplicidade, da nossa poesia rústica.

Para alcançar esse fim, o que se tem feito, até agora, é alguma coisa, mas não é tudo. Impõem-se como tarefas mais urgentes, para que a nossa arte popular, possa transformar-se em arte, a elaboração de um cancionero onde se recolham tôdas as nossas melodias puras; a definição rigorosa, através de concursos frequentes de indumentária, do guarda-roupa de cada região, e a criação, tendo como base as colecções já existentes, de um museu do Povo, acessível e atraente, que não precisará de ser grande (antes uma pequenina casa portuguesa...) para cumprir a sua missão.

Se nos entregarmos todos, com amor e entusiasmo, a esta necessária tarefa, bem de-prensa teremos construído a estrada que nos conduzirá á apoteose do folclore português, á realização, em Lisboa, duma grande feira regional que seja a miniatura do nosso País: cada província apresentando a rua ou a casa duma das suas aldeias mais típicas. A seguir trabalharemos para dar vida a um dos grandes sonhos da nossa vida: uma exposição internacional de arte popular, que faça de Portugal, durante seis meses, o grande cartaz da Europa, o seu grande palco. Provaremos assim, aos que nos dizem ainda inimigos do povo, que o amamos e sentimos como nenhuma outra nação, que somos até, nesta época de mentiras sociais, de falso humanitarismo, a verdadeira pátria do povo.

ANTONIO FERRO.

(Do "Diário de Noticias" — 8-11-37).

Livraria Moura

MOURA FONTES & FLORES

Rua do Ouvidor, 145

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONE: 22-922 e 22-9308

Endereço Telegráfico: AGLIBOSIRI

ACEITA PEDIDOS DE
LIVROS DE CIÊNCIAS
E LITERATURA FRAN-
CESES, INGLESES,
ALEMÃES,
AMERICANOS,
ITALIANOS,
— ETC. —

* * *

FORNECEDOR DAS
PRINCIPAIS LIVRA-
RIAS DO BRASIL

DEPOSITARIO
DAS EDIÇÕES:

A. M. TEIXEIRA & CIA.
EDIÇÕES EUROPA
EMP. NACIONAL
PUBLICIDADE
SOC. NACIONAL
DE TIPOGRAFIA
TAVARES MARTINS Ltda.

* * *

ALBUNS COM RISCOS
— PARA BORDADOS —

DISTRIBUIDOR NO
BRASIL DA
GRANDE ENCICLOPE-
DIA PORTU-
GUESA-BRASILEIRA

* * *

VENDAS POR ATACADO
E ASSIGNATURAS DE
FIGURINOS E REVISTAS

COMPANHIA DE SEGUROS MARITIMOS E TERRESTRES

“UNIÃO DOS PROPRIETARIOS”

(FUNDADA EM 1894)

Capital realizado 1.500:000\$000

Reservas 1.955:658\$200

3.465:658\$200

Deposito no Tesouro Na-
cional 200:000\$000

Emprestimos sobre hipo-
técas 1.915:000\$000

Seguros Terrestres sôbre prédios, estabe-

lecimentos comerciais, moveis, merca-
dorias em transitio e outros riscos.

Seguros Maritimos sôbre vapôres, navios
à vela e outras embarcações e merca-
dorias embarcadas.

Aceita procuração para administrar bens
de qualquer natureza, recebimentos de
alugueis de prédios, juros de apolices e
outros titulos de renda, mediante mo-
dica comissão.

PAGA TODOS OS SINISTROS A DINHEIRO A' VISTA

87, RUA DA QUITANDA, 87

EDIFICIO PROPRIO

TELEPHONE 23-3113

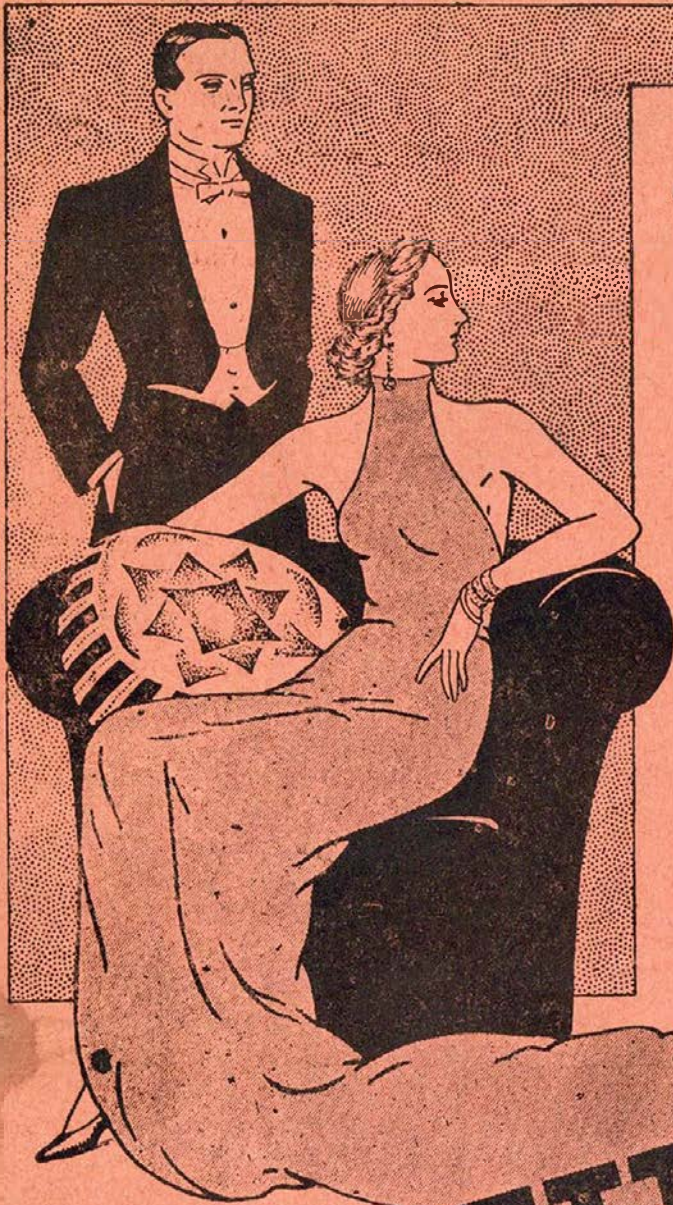
DIRECTORES:

Jaime Jorge Gaio

Anibal Teixeira

Antônio Queiroz da Silva

T. TARQUINO



ÁGUA DE COLONIA

SABÃO LÍQUIDO

CREME DE BELEZA

PO' DE ARROZ

CREME DENTAL

BRILHANTINA

SABONETE

LOÇÃO

TALCO



SUZETTE

Granado